

Idéias EM REVISTA

Revista mensal do Sindicato dos Servidores
das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro
ANO III – nº 19 – Abril e Maio de 2008

Foto: Clarissa Pivetta "Nega"



**A ocupação artística
do Complexo do Alemão** Páginas 16, 17 e 18

**Sisejufe se reúne com presidentes
dos Tribunais** Páginas 6, 8 e 9

**Dilma Rousseff
e o filhote da ditadura** Páginas 26 e 27

SISEJUFE CELEBRA CONVÊNIO COM O GRUPO FOX

**Livraria; Cafeteria;
Refeições Light e
Tradicionais; Acesso
à Internet; Revistaria;
Papeleria e Impressões.**

Livraria e Papeleria
Nobel



Rua Acre, 51, loja A, em frente ao TRF

Tel.: 2206-1150

Descontos Especiais

Válidos apenas para a loja da Rua Acre

Nobel

**A maior rede de
livrarias do Brasil**



**Eleita a
melhor
cafeteria
do país**



**Internet, Fax
e Impressões**

PREPARATÓRIO PARA OAB

**Aulas teletransmitidas ao vivo e disponíveis também
na internet, para acessar em qualquer lugar
e qualquer horário.**

Professores especialistas em aprovação de exames para
a Ordem dos Advogados do Brasil.

**Início das aulas
12 DE MAIO**

INVESTIMENTO

- Alunos da Estácio: 4 x R\$ 90,00
- Público externo: 4 x R\$ 112,00
- À vista: R\$ 345,00

www.estacio.br/concursos

Central de Atendimento (21) 3231-0000



UNIVERSIDADE

Estácio de Sá

Editorial

No segundo semestre, acontecerão as maiores e mais democráticas eleições da história do Sisejufe.

Página 4

Eleição Sisejufe

Em 11 de junho, Assembléia Geral abre processo eleitoral.

Página 5

Justiça Federal

Sindicato se reúne com desembargador e articula redução da jornada.

Página 6

Opinião

Diretor do Sisejufe analisa a proposta de federalização da Justiça Eleitoral.

Página 7

Justiça do Trabalho

Postura de desembargadora desafia a categoria a se mobilizar na luta por direitos.

Páginas 8 e 9

Software Livre

Sindicato participa de fórum internacional sobre programas de código aberto.

Página 10

Sindicais

Núcleo de Agentes de Seguranças volta a funcionar no Sisejufe.

Página 11

Interior

Administração da Justiça Federal responde sobre dificuldades em implantar treinamentos no interior do estado.

Páginas 12 e 13

Dicas Culturais

Henri Figueiredo sugere um programa gastronômico e musical num dos berços do samba no Rio de Janeiro.

Página 14

Interior

Imagens do 11º Botequim do Sisejufe, que celebrou o Dia do Trabalhador com o grupo Sururu na Roda.

Página 15

Comunidade

Max Leone e Roberto Ponciano visitaram o Complexo do Alemão e foram recebidos pelo Grupo Raízes em Movimento.

Páginas 16, 17 e 18



Mídia

Blogs são o refúgio da liberdade de expressão.

Página 19

Redução de Jornada

6 horas diárias de trabalho é o "ovo de Colombo" para aumentar a produtividade e reduzir LER-Dort.

Página Central

Plano de Carreira

Ação pioneira do sindicato leva debate fundamental ao interior do Rio.

Páginas 22 e 23

Nacional

Bernardo Kucinski critica a inversão do sentido dos fatos quando a grande mídia "denuncia" o governo federal.

Páginas 24 e 25

Política

Filhote da ditadura ainda usa retórica de intimidação para atacar quem combateu o regime.

Páginas 26 e 27

Internacional

Em matéria exclusiva para Idéias, Clarissa Pont e Eduardo Seidl mostram o estilo do novo presidente do Paraguai.

Páginas 28 e 29

Internacional

Maria Eugênia Sá e Vinicius Souza lembram os 80 anos de genocídio político na Colômbia.

Páginas 30 e 31

Fotografia

Servidora da Justiça Federal apresenta imagens do Sul do Brasil e fala da experiência de fotografar.

Página 32

Oficina Literária

Marlene de Lima conta o estrago que uma boneca de ventríloquo pode causar.

Página 33

Nacional

A hipocrisia racial branca por trás do conflito da Reserva Raposa Serra do Sol.

Páginas 34, 35 e 36

Fulgêncio Pedra Branca

Nosso colaborador registrou "pérolas" de dirigentes sindicais em recente encontro no Nordeste.

Página 37

Latuff

Como Israel trata os "terroristas" palestinos.

Página 38

Lançamos, nesta edição, a convocatória para o início do processo eleitoral do Sisejufe, que vai definir a direção do sindicato no triênio 2008-2011. Na assembléia do dia 11 de junho, serão estabelecidos o calendário eleitoral e as formas de votação. Não se omita, participe do pleito, dos debates, leia as propostas das chapas a serem lançadas e vote naquela que tenha o melhor plano para continuar a luta da categoria.

Por várias razões, estas serão as eleições mais democráticas da história do Sisejufe. Primeiro, pelo trabalho de interiorização que terá seu auge justamente no processo eleitoral já que, pela primeira vez, serão eleitos representantes sindicais de base.

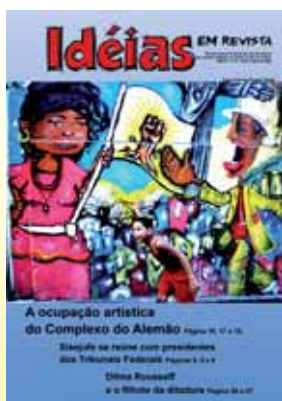
Segundo, porque será disponibilizado um número recorde de urnas fixas, para garantir o quorum mais alto de toda a história das eleições do sindicato. Dessa forma, a próxima diretoria eleita será a expressão da vontade cidadã do conjunto da categoria. Em todas as cidades com eleição de delegado de base haverá urna fixa – que é uma novidade, pois até hoje só houve urna fixa na capital.

Em terceiro lugar, porque haverá um número maior de urnas itinerantes para atingir a quase totalidade das cidades fluminenses, onde haja

ao menos um sindicalizado. E, por último, pelo próprio processo de sindicalização recorde dos últimos três anos, que dá ao Sisejufe uma maior representatividade na base.

Diante da intenção da atual diretoria de fazer eleições mais abrangentes, ficam dois apelos. Um para as futuras chapas: que a campanha seja alicerçada sobre idéias que visem à melhoria da vida dos servidores, como o Plano de Carreira e a Redução da Jornada para 6 horas (discussões e lutas já começadas por esta gestão) – e não feita com denunciamento vazio, como já ocorre no período pré-eleitoral de forma apócrifa. O outro apelo é para a categoria: que faça uma escolha consciente, com maturidade política. No período pré-eleitoral já tivemos tiradas capazes de fazer o Barão de Muchausen pedir cautela, como a reivindicação de um “aumento permanente” e coisas do tipo.

Na hora de votar não se deixe enganar por promessas irrealizáveis e denúncias sem comprovação. Analise com calma cada projeto, veja a viabilidade de cada proposta e pese efetivamente a capacidade dos portadores desses projetos em se comprometer com eles. Disto depende a manutenção de conquistas históricas, da luta pela redução da jornada e dos patamares dos nossos salários.



SISEJUFE

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
 TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
 ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejuferj.org.br

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araujo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091)
 PROJETO GRÁFICO ORIGINAL: Claudio Camillo (Mtb 20.478) – DIAGRAMAÇÃO: Deisedoris de Carvalho – ILUSTRAÇÃO: Latuff
 ASSESSORIA POLÍTICA – Márcia Bauer – EDIÇÃO: Henri Figueiredo
 CONSELHO EDITORIAL – Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro.
 IMPRESSÃO: ARCTURUSVEGA Editora Ltda-ME/Gráfica Minister (8 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Assembléia Geral em junho abre processo eleitoral

Da Redação

Na quarta-feira, 11 de junho, às 19h, o Sisejufe promove assembléia geral para a escolha da comissão eleitoral que organizará a eleição da diretoria do sindicato para o triênio 2008-2011. De acordo com o estatuto do Sisejufe, as eleições devem acontecer até 30 dias antes do final da gestão em curso e a posse dos novos dirigentes no mês de agosto. Este ano, além da votação para eleger a nova direção do Sisejufe, há uma novidade: serão eleitos representantes sindicais nos locais de trabalho. Desta forma, pela primeira vez uma gestão cumpre um importante item do estatuto do sindicato.

A escolha da comissão eleitoral na assembléia de 11 de junho acontecerá no auditório do Sisejufe (Avenida Presidente Vargas 509 – 11º andar). Pelo regimento eleitoral, que é parte do estatuto, “é eleitor todo associado que na data da eleição tiver: mais de 120 dias de inscrito no quadro social; pago suas contribuições vencidas; e em gozo dos direitos sociais”. Poderá candidatar-se, ainda de acordo com o regimento eleitoral, “o associado que na data da eleição estiver em gozo dos direitos sociais; constar de mais de 120 dias de inscrito no quadro social. O mesmo candidato não poderá concorrer em mais de uma chapa.”

A divulgação de todos os detalhes do calendário eleitoral, como prazo para inscrição de chapas e as datas de

votação, será feita no jornal Contraponto de maio de 2008, que circulará na última semana do mês.

Sisejufe: sindicato de luta

O Sisejufe é uma entidade de abrangência estadual – o que se reflete na composição da diretoria colegiada que tem servidores que atuam na capital e no interior, em especial na Baixada Fluminense. Com a liberação de um diretor e a intensificação do trabalho sin-

dical no interior, durante os anos de 2007 e 2008, o Sisejufe cada vez mais se aproxima do conjunto da categoria. Em 2008, o sindicato tem promovido, pela primeira vez em sua história, encontros regionais para discutir o Plano de Carreira. Com isso foi constatada a necessidade de se fazer cumprir o estatuto quanto à eleição dos representantes sindicais de base – que serão novos elos entre os servidores do interior e da base na capital com a entidade.

Convocatória

Assembléia Geral

11 de junho de 2008

1ª chamada às 19h

2ª chamada às 19h30min

Av. Presidente Vargas, 509 – 11º andar
Auditório do Sisejufe

Pauta

- 1) Processo Eleitoral do Sisejufe em 2008
- 2) Eleição da Comissão Eleitoral

Presidente do TRF levará discussão das 6 horas ao Pleno do Tribunal

A proposta de implantar uma jornada de 6 horas para os servidores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região foi bem recebida pela Presidência do tribunal. Em reunião com os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares, na tarde do dia 15 de abril, o presidente do TRF, desembargador Joaquim Antônio Castro Aguiar, se comprometeu em levar o assunto já com uma proposta concreta para ser discutido no próximo encontro do Pleno do Tribunal. Segundo Ricardo Soares, o desembargador foi bastante receptivo à proposta de reduzir a jornada nas repartições do TRF. Atualmente os servidores do tribunal trabalham 8 horas diárias. Na reunião, os diretores do sindicato apresentaram os pontos positivos que a redução da jornada proporciona aos funcionários e ao atendimento ao público.

Além da campanha pelas 6 horas, outros temas foram tratados na reunião com o presidente do tribunal. De acordo com o diretor Ricardo Soares, o sindicato reivindicou ao presidente do TRF a garantia de abertura de vagas para lotar os servidores portadores de deficiência na segunda instância da Justiça Federal. Hoje, estes servidores ficam todos concentrados na primeira instância, acarretando, assim, uma grande desproporcionalidade entre os setores.

“O desembargador Castro Aguiar informou que pretende resolver logo a situação dos servidores portadores de deficiência”, afirmou o dirigente. Também foi solicitado ao presidente do TRF que dê atenção à questão da acessibilidade quando da elaboração

do sistema processual integrado dos tribunais que já é desenvolvido pelos cinco Tribunais Regionais Federais do país em conjunto com os Tribunais Superiores.

Os diretores Valter Nogueira Alves e Ricardo de Azevedo Soares cobraram do presidente do TRF a implantação do reembolso de gastos com plano de saúde para os servidores que não aderiram ao convênio oferecido pelo tribunal. Os diretores reivindicaram que seja cumprida a proposta aprovada pelo Conselho de Justiça Federal, que leva em conta a faixa salarial e a idade do funcionário para fazer o ressarcimento. O objetivo é que cada TRF regulamente o reembolso.

No entanto, de acordo com os diretores do Sisejufe, o desembargador informou que, no momento, não há condições do tribunal arcar com os custos, pois, segundo Castro Aguiar não haveria recursos suficientes para atender essa reivindicação dos servidores. O desembargador argumentou que o TRF mantém um convênio para o funcionalismo.

“O sindicato entende que a resolução do CJF deve ser cumprida na íntegra. Nós discordamos da interpretação do TRF. Vamos entrar com ação coletiva para seu cumprimento e requerer os valores retroativos. Os sindicalizados podem procurar o Departamento Jurídico do Sisejufe para ajuizar os processos”, declara o diretor Valter Nogueira Alves.

Segundo Valter, Castro Aguiar informou ainda que uma nova licitação foi feita para troca do plano de saúde no TRF. A vencedora foi a Sulamérica, que irá substituir a Golden Cross. O presidente do tribunal alegou que os valores cobrados pela vencedora da licitação eram bem atrativos.

Na reunião, também foi abordada a polêmica da margem consignável que incluiu o desconto do plano de saúde. O Sisejufe já havia feito requerimento para que os valores descontados no contracheque dos servidores que não usam o convênio oferecido pelo tribunal não fossem incluídos na margem consignável, assim como acontece com os funcionários que aderiram ao plano do TRF. Tal medida, visa garantir a isonomia entre os servidores.

“Trata-se de consignação facultativa e por ser plano de saúde deve ficar de fora da margem consignável. Isso acaba prejudicando quem quer pegar empréstimo, pois diminui essa margem”, explica Valter, ressaltando que o desembargador determinou à Secretaria de Recursos Humanos do tribunal que faça um levantamento e se não houver impedimento irá atender ao pedido.

Pela federalização da Justiça Eleitoral

João Mac-Cormick*

Muitos defendem a federalização da Justiça Eleitoral. Mas para que isso ocorra, entendo ser necessária, entre outras medidas, a extinção da Gratificação Eleitoral do juiz eleitoral e do promotor eleitoral, além de transformar as zonas eleitorais em varas eleitorais. E por que fazer uma zona eleitoral (ZE) virar vara eleitoral (VE)? Há demanda para isso? Não seria melhor seis ZEs equivalerem a uma VE? Qual seria o custo financeiro? Vamos supor que uma vara trabalhista (VT) tenha 11 servidores mais um diretor e que esse o diretor não seja servidor público e receba CJ-3, com valor-cheio. Que esta VT tenha três FC-5 (contador, assistente do juiz, assistente do diretor), uma FC-3, uma FC-2, duas FC-1 e que os servidores da vara recebam essas FCs em valor-opção.

Vamos levar em conta que a proposta da comissão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no tocante à isonomia da chefia dos cartórios vire lei: uma FC-6 e uma FC-1 para cada ZE. Imaginemos que seis ZEs sejam agregadas a uma VE. Com os valores do PCS (dezembro de 2008 e valor-opção = 65% x valor-cheio), teremos o custo aproximado de FCs e CJs que pode ser conferido na tabela.

Então, para a federalização não haveria custo em relação a FCs e a CJs, caso se aprove uma FC-6 e uma FC-1 para cada ZE. E em relação ao custo de juizes, promotores e oficiais de justiça? Hoje a gratificação eleitoral é de 15% do salário do juiz federal. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) desembolsa para cada ZE uma gratificação ao juiz eleitoral e

servidores do quadro). Teríamos um juiz federal para cada VE. E ainda uma Central de Mandados. Isto sem tirar nenhum dinheiro do orçamento.

uma gratificação ao promotor eleitoral. Para transformar seis ZEs em uma VE, teríamos: $6 \times 2 \times 15\% = 180\%$ do salário do juiz federal!

Na prática haveria uma economia de 80% do salário do juiz federal para seis ZEs transformadas em uma VE. E o promotor eleitoral? Caberia ao Ministério Público Federal (MPF) desempenhar suas funções, sem gratificação. Com a economia de 80% do salário do juiz federal (cerca de R\$ 18 mil), poderíamos montar a Central de Mandados (Ceman). O custo do oficial de justiça seria de R\$ 8 mil a R\$ 13 mil, início e fim de carreira respectivamente, já contando a GAE.

Se houver concurso para um oficial de justiça para cada VE, ainda assim, teríamos uma economia de R\$ 5 mil por VE criada, considerando o maior valor pago (R\$ 13 mil). Estes oficiais concursados ficariam na Central de Mandados. Então, com a aprovação de uma FC-6 e uma FC-1 para cada ZE, poderíamos extinguir as gratificações de juiz eleitoral e promotor eleitoral e converter as novas FCs das ZEs em CJ-3 e FCs para a VE. Teríamos uma estrutura de uma VT, sem precisar contratar mais nenhum servidor para a VE (12

servidores do quadro). Teríamos um juiz federal para cada VE. E ainda uma Central de Mandados. Isto sem tirar nenhum dinheiro do orçamento.

Algumas questões precisariam ser aprofundadas. É necessária a existência do TRE e do TSE? Acho que sim. A vara eleitoral não poderia ser incorporada ao Tribunal Regional Federal (TRF) e os novos oficiais de justiça pertenceriam à Ceman do TRF? Acho que não. As varas eleitorais não poderiam emitir o documento civil único com foto para todos os cidadãos e com biometria (assunto tão em voga)? Acho que sim.

O cadastro de eleitores é bem superior ao cadastro da Receita ou de qualquer Detran, IFP ou SSP. Com esta proposta, a questão da rotatividade do juiz eleitoral deveria ser revista. Uma solução para isto seria juntar algumas VEs em Pólos Eleitorais (não necessariamente localizadas em um fórum) e se proceder a sorteios dos processos. Um outro impacto a ser discutido é a capilaridade que a Justiça Eleitoral possui hoje.

*Técnico Judiciário (TRE) há 12 anos, diretor do Sisejufer.

Função	Escolha	Valor	VT	VE
CJ3	Valor-cheio	R\$ 10.352,52	1	-
FC6	Valor-opção	R\$ 3.072,36	-	6
FC5	Valor-opção	R\$ 2.232,38	3	-
FC3	Valor-opção	R\$ 1.379,07	1	-
FC2	Valor-opção	R\$ 1.185,05	2	-
FC1	Valor-opção	R\$1.019,17	2	6
Total	-	-	R\$ 22.837,17	R\$ 24.549,18

Presidente do Tribunal dá um M

Postura mostra estreitamento da margem de negociação com a atual administração

Max Leone*

Um sonoro NÃO para todas as reivindicações do Sisejufe foi o que a presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargadora Doris Castro Neves, apresentou à direção do sindicato na reunião realizada dia 7 de abril. Os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves (TRF), Nilton Pinheiro (TRT) e Roberto Ponciano (JF), acompanhados da advogada do sindicato Ludmila Schargel, levaram à desembargadora quatro reivindicações urgentes da categoria e constataram o estreitamento da margem de negociação com a atual administração do tribunal. A todo o momento na reunião, os dirigentes sindicais alegaram a justiça dos pleitos, mas a presidente do TRT se mostrou irredutível.

A primeira demanda da categoria a ser apresentada foi o atraso no pagamento do Adicional de Qualificação. O diretor Valter Nogueira Alves disse que era preciso urgência no pagamento deste passivo, mas a desembargadora afirmou que não podia quitá-los porque não havia terminado a conferência dos diplomas e não daria para tirar servidores de outros afazeres “só

para fazer isto”. Doris Castro Neves afirmou também que como não havia pago o Adicional de Qualificação de Treinamento, o de menor valor, não poderia pagar os de maior valor – mestrado e doutorado. O diretor do sindicato Roberto Ponciano contestou a informação. De acordo com ele, o adicional de qualificação de menor valor já está sendo repassado e faltando saldar justamente os de maior valor. “Seria uma conferência mais simples, haja vista que são diplomas universitários com certificação pelo Ministério da Educação. Além disso, o TRT do Rio é único tribunal do Brasil que ainda não satisfaz este pagamento”, afirma Ponciano.

A desembargada se mostrou surpresa com a informação e mandou consultar a Secretaria de Gestão de Pessoas, sem estabelecer prazos para a quitação desses passivos. O sindicato vai ajuizar ação judicial de cobrança e acionará o TRT por conta disso. A presidente do tribunal foi informada da iniciativa ainda na reunião.

Terceirização do cargo de agente de segurança

O segundo ponto tratado foi a extinção do cargo de agente de segurança. Ainda que o pleno do Conselho do TRT tenha dado parecer contrário e haja uma ação do sindicato no TCU a esse respeito, Doris Castro Neves não cedeu. Disse que a sua prioridade é a área fim, “o atendimento ao cidadão”, e que não considera necessário que áreas como a de segurança sejam preenchidas por concursados, “apesar de respeitar os agentes de segurança do TRT”.

O diretor do sindicato Nilton Pinheiro questionou o fato de as vagas da segurança, sete no total, terem sido, no atual concurso, remanejadas para técnico sem especialidade – o que leva a pensar na extinção do cargo no TRT. A presidente defendeu seu ponto de vista, o da privatização/terceirização de parte do serviço público. Valter Nogueira Alves observou que a lei do PCS, elaborada pelo STF, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, obriga o preenchimento do cargo de agente de segurança somente por servidor público e que o TRT ia na contramão de todos os outros órgãos do Judiciário. Doris contestou Valter afirmando que há outros órgãos do Judiciário que adotam a mesma filosofia.

Segundo o diretor Roberto Ponciano, “fica claro que é a filosofia privatista que norteia o TRT do Rio, a de precarização e terceirização do serviço público”. O dirigente continua: “A presidente chegou a defender a terceirização de diversas áreas, apoiada na Fundação Getúlio Vargas, de trágica memória, já que foi ela que deu os argumentos ideológicos das privatizações dos governos Collor e FHC e que, dentre outras coisas, previam a restrição dos direitos trabalhistas, o fim da CLT e da Justiça do Trabalho”. O Sisejufe informou que também tomará as medidas legais possíveis na defesa de especialidades como a de agente de segurança do mesmo modo que defende os oficiais de justiça no caso do concurso interno de oficial de justiça *ad hoc*.

Servidor do interior deve “ficar em casa de amigos”

O terceiro ponto discutido foi o treinamento dos servidores no interior. O Sisejufe considera injusto o fato de

“Fica claro que é a filosofia privatista que norteia o TRT do Rio, a de precarização e terceirização do serviço público.”

NÃO às reivindicações do Sisejufe

A desembargadora Doris Castro Neves não acolheu nenhum argumento pela redução da jornada. Ao contrário, defendeu o aumento da carga horária como “solução” para o problema do atraso nos prazos.

os funcionários no interior não têm acesso ao treinamento, que é praticamente concentrado na capital. Isso restringe o acesso aos percentuais do Adicional de Qualificação e pode, inclusive, prejudicar na manutenção das FCs e CJs. A presidente alegou falta de verba e que o ideal seria que os servidores do interior pudessem vir, ainda que com dificuldades, para a capital participar do treinamento, “ficando em casa de parentes ou amigos”. Roberto Ponciano ponderou que a questão não é somente financeira, há outras dificuldades como, por exemplo, a das servidoras mães que não têm com quem deixar o filho para vir à capital. O ideal é que o treinamento fosse feito no interior.

Neste momento do debate, a desembargadora Doris Castro Neves reclamou que o Sisejufe deveria mandar a pauta da reunião com antecedência e, antes de se reunir com a presidência, contactou as assessorias especializadas, como a Esacs. O Sisejufe, no entanto, fez tal procedimento através do ofício 73/2008, de 17 de março de

2008, protocolado na secretaria da presidência do TRT no dia 18 de março sob o número PAT – 91.473. O diretor Roberto Ponciano lembrou que o sindicato pede desde 2007 uma reunião com a diretora da Esacs e ainda não foi atendido. Ele sugeriu à presidente a educação à distância, no que foi complementado pelo diretor Valter Nogueira Alves, que sugeriu videoconferências para a solução do problema. A presidente do TRT então orientou o sindicato a reunir-se com a diretora da Esacs para posteriormente voltar a falar no assunto. O Sisejufe vai, novamente, tentar agendar reunião com a diretora do órgão.

Jornada de 6 horas

A desembargadora Doris Castro Neves não acolheu nenhum argumento pela redução da jornada de trabalho. Ao contrário, defendeu o aumento da carga horária como “solução” para o problema do atraso nos prazos. O diretor sindical Valter Nogueira Alves contestou e apresentou exemplos de outros tribunais que provam o contrário: o aumento de carga horária não leva a uma maior produtividade e faz crescer o índice de LER-Dort e, consequentemente, o custo para os tribunais. “A redução da jornada no STJ e no TRT da 4ª Região levou a uma maior produtividade e satisfação dos servidores e da população”, disse Valter.

Dentre os argumentos da desembargadora para o acréscimo da carga horária está o de que comerciários, bancários e trabalhadores em geral trabalham oito horas diárias. O diretor Roberto Ponciano refutou observando que todas as categorias do Brasil agora se encontram em luta pela redução da jornada e que o dano provocado, por vezes, é irreversível. Val-

ter Nogueira Alves solicitou à desembargadora que fosse feita uma comparação entre o rendimento antes e depois do aumento da jornada, e que, caso ficar provado que o aumento da jornada não levou a um aumento do rendimento, o TRT realizasse a jornada de 6 horas. “Com certeza os servidores vão render mais”, disse Valter. A presidente não discutiu a proposta do sindicato e deu por encerrada a reunião. Para Roberto Ponciano “isso demonstra que não há a mínima vontade de negociar a redução da jornada ou escutar os argumentos com respeito à satisfação e saúde do trabalhador”.

Diante da irredutibilidade da presidente, a direção do Sisejufe convocará em breve mais um dia de luto no TRT como protesto pelo modo como o tribunal vem sendo administrado. “Tratam os servidores como fossem máquina e estatísticas e não seres humanos. Só com muita luta e mobilização poderemos mudar isso”, afirma o diretor Roberto Ponciano.

*Da Redação.

Cresce o uso de código aberto

Fotos: Henri Figueiredo



BrOffice: Sisejufe já opera há dois anos com programas não-proprietários

De 17 a 19 de abril, em Porto Alegre, aconteceu o 9º Fórum Internacional Software Livre – fisl9.0. O evento reuniu mais de 7,4 mil participantes de 21 países no Centro de Eventos da PUCRS, o maior público desde 2000, quando foi realizado o primeiro *fisl*. Nos três dias de evento houve debates, palestras, troca de informações e experiências, entre grupos de usuários, desenvolvedores, empresas públicas e privadas que compareceram como participantes, expositores ou patrocinadores. Foram 257 palestras, com nomes nacionais e internacionais, que lotaram todas as oito salas destinadas aos encontros.

Para a coordenação do fisl9.0, esta edição com público recorde mostra a importância que o software livre (ou programa de código aberto) vem conquistando em todo mundo e como o compartilhamento de informações pode beneficiar a toda a sociedade. “Nosso desafio agora será organizar o evento do ano que vem, quando pretendemos marcar de forma ainda mais forte a presença do software livre na vida das pessoas, em função dos 10 anos do *fisl*”, diz Sady Jacques, coordenador geral do Fórum. A meta da Associação Software Livre.Org, organizadora do *fisl*, é chegar a 10 mil participantes em 2009. “Sabemos que é um grande desafio, mas estamos nos preparando para isso”, afirma Jacques.

Judiciário testa programas não-proprietários

No segundo dia de evento, aconteceu uma mesa redonda que discutiu a migração dos programas usados no Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) para a plataforma BrOffice. “O projeto foi definido



Maddog: “software livre é o futuro”

como ação prioritária, considerando que a migração para o BrOffice.org é uma ação que tem um caráter bastante objetivo, impactante, abrangente, e que está na agenda da grande maioria dos tribunais, para ser implantado ou em implantação”, diz o coordenador do Grupo de Trabalho sobre Software Livre do CSJT, Luís Fernando Pontello, que é diretor do Serviço de Informatização do 1º Grau do TRT da 4ª Região – RS.

Além do histórico de implantação do software livre no CSJT, o diretor da Secretaria de Coordenação de Informática do TRT da 3ª Região (Minas Gerais), Roberto Rodrigues da Costa, apresentou a experiência de migração de sistema naquele tribunal. Ambas as apresentações detalharam as peculiaridades dos projetos, tipos de treinamentos especializados, processos de instalação automatizada e suporte contínuo.

O *fisl*, desde sua primeira edição, o principal fórum de discussão técnica, política e social sobre software livre no Brasil e na América Latina, em áreas como segurança, educação, economia, política, cultura e tecnologia. A cada ano são realizados *workshops*, palestras, mini-cursos e mostra de negócios. Dos participantes, 24% são estudantes e 63% são profissionais e empresários de Tecnologia de Informação. O Sisejufe, que opera há dois anos com rede de computadores no sistema Linux e com softwares de código aberto, enviou ao evento o servidor Marcus Vinícius Monteiro (da área de informática do TRE) e o jornalista Henri Figueiredo.

Na conferência de encerramento do *fisl*, um dos *papas* do software livre no mundo, o americano Jon “Maddog” Hall, apontou que não existe hoje no mundo o debate “se” o software livre vai transpor os softwares proprietários, como os da Microsoft. “A questão é *quando* isso vai acontecer”, ressalta Maddog. Os organizadores do evento anunciaram, no evento de encerramento, que a próxima edição do *fisl* terá um *link* com a Estação Espacial Internacional, a partir de um acordo com engenheiros da Agência Espacial Norte-Americana (Nasa).

Da Redação.

Sisejufe retoma atividades do Núcleo dos Agentes de Segurança

Os Agentes de Segurança retomaram a mobilização no Rio. No dia 11 de abril, o NAS (Núcleo dos Agentes de Segurança) do Sisejufe voltou a se reunir para tratar de assuntos que interessam diretamente ao setor, entre eles os programas de qualificação e de reciclagem. Para o Sisejufe, a retomada das atividades do NAS acontece num momento em que crescem as discussões e o debate sobre Plano de Carreira, o que aumenta a responsabilidade do setor como representantes dos agentes.

Participaram da reunião dez agentes de segurança do TRT, do TRF, da JF e do TRE, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano, o coordenador do NAS do Sindiquinze (Campinas-SP) Maurício

Pereira dos Santos, o presidente da Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal (Agepoljus) Edmilton Gomes e da assessora política do sindicato Márcia Bauer.

“Com a intenção da Presidência do TRF de fortalecer a segurança, é importante mobilizar os agentes para que consigamos participar das decisões e não deixar apenas a administração encaminhar as mudanças. Este encontro teve também este intuito de fomentar a discussão, estabelecer metas e voltar a agregar os agentes de segurança dentro do sindicato. Nos próximos encontros trataremos de temas mais específicos da nossa atividade”, avalia Renato Gonçalves da Silva, coordenador do NAS do Sisejufe.

Para Edmilton Gomes, o fortalecimento do NAS no Sisejufe é de grande importância para a categoria, pelo fato de o Rio ter sido sempre uma referência na luta dos agentes. Ele acredita que as discussões vão contribuir para a padronização da função no debate do Plano de Carreira.

Para Maurício Pereira dos Santos, é importante que os agentes deliberem sobre suas necessidades e discutam os programas de capacitação, de reciclagem, de condicionamento físico, de avaliação, de condicionamento técnico. Ele afirma que, agora, o centro do debate é a qualificação e o treinamento, previstos em lei, que obriga as instituições a oferecê-los para os agentes.

Sisejufe quer auxílio pré-escola de R\$ 460,50 para servidores

O Departamento Jurídico do Sisejufe protocolou no dia 18 de abril requerimentos administrativos cobrando a atualização do auxílio pré-escola de todos os tribunais e órgãos do Poder Judiciário Federal no estado. A reivindicação do Sindicato é para que o benefício seja reajustado e passe a ser de R\$ 460,60, valor que hoje é pago pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) aos servidores que têm direito a receber. Os advogados da entidade basearam o requerimento em precedentes administrativos de conselhos, tribunais superiores e tribunais regionais. Para o Departamento Jurídico do Sisejufe, a atualização visa

garantir o direito de isonomia para todos os servidores do Judiciário Federal, devido à natureza indenizatória do auxílio. Para os advogados, há precedentes no STF, CNJ, STJ, CJF, TSE, TRE/RJ, associados ao princípio da isonomia. Sendo assim, o Sindicato pleiteou que fosse imediatamente reajustado o benefício.

O Sisejufe acompanhará cada etapa dos requerimentos, como tem feito com os demais requerimentos a ações judiciais recentemente protocolados, envolvendo vários direitos dos seus associados. Mais informações ligue para 2215-2443.

Nova turma de Espanhol

Segunda-feira, 19 de maio, das 8h às 9h20min, inicia a segunda turma do curso de Espanhol. Ainda há vagas. Aproveite. A mensalidade é de **R\$ 30,00** para os **sindicalizados**, **R\$ 50,00** para os **dependentes** e **R\$ 70,00** para os **convidados**.

Maiores informações no endereço eletrônico contato@sisejuferj.org.br

Justiça Federal tem dificuldade

Da Redação

INTERIOR

Os servidores federais das varas do interior do estado continuam com dificuldades de fazer cursos de treinamento e de capacitação profissional. No interior praticamente não existem oportunidades de os funcionários tentarem se qualificar para receber o Adicional de Qualificação (AQ), as FCs e as CJs. E ainda ficam prejudicados na progressão funcional. Como todos sabem, o PCS3 exige que os servidores façam cursos de capacitação para progredir na carreira.

Em função disso, o Sisejufe cobra insistentemente uma solução para o problema. Em recente reunião com o diretor do sindicato Roberto Ponciano, a coordenadora de Desenvolvimento e Avaliação de Desempenho, Thereza Balthazar, e a supervisora da Seção de Capacitação da Justiça

Federal, Cássia Valéria, discutiram o assunto. As representantes da JF tentaram justificar as dificuldades para implementar a capacitação no interior. Depois se prontificaram a elaborar respostas, via correio eletrônico, retomando cada item que foi discutido no encontro.

“Ao contrário do TRT, a Justiça Federal mostrou mais receptividade e disponibilidade para receber o sindicato e, democraticamente, abordamos o tema. Mas, apesar da boa vontade do setor, há inúmeras barreiras a serem superadas para que os servidores do interior tenham o mesmo acesso ao treinamento que os servidores da capital”, avalia Ponciano.

Acompanhe os principais pontos abordados pelo Sisejufe e as respostas, por correio eletrônico, das representantes da JF.

Idéias – Há uma grande reclamação dos servidores do interior com relação ao problema de acesso ao treinamento. Esta reclamação é justa. Então, qual o motivo desta dificuldade?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Acreditamos que a reclamação é pertinente sim, inclusive é uma prioridade da Subsecretaria de Recursos Humanos o atendimento dos servidores lotados no Interior. Em 2007, foram realizados dois encontros para o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC), onde compareceram alguns Diretores de Unidades do Interior, quando pudemos identificar as principais necessidades relacionadas à capacitação. Depois foi feita uma pesquisa em todas as localidades sobre a disponibilidade de recursos disponíveis, como espaço físico, recursos instrucionais, servidores e magistrados que tivessem o interesse em atuar como instrutores nas diversas ações de capacitação a serem organizadas nas próprias subseções.

Idéias – O que foi detectado?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Após essa pesquisa, pudemos perceber que existiam algumas dificuldades para a efetiva implementação das ações como: ausência de espaço físico adequado, em alguns lugares é utilizada a sala de audiências como

sala de aula, onde cabem poucos servidores (em torno de dez servidores); ausência ou escassez de recursos instrucionais – em algumas localidades há quadros brancos e outros recursos particulares que são utilizados; ausência de instrutores para todas ações de capacitação – em alguns locais não há servidor ou magistrado com a especialidade do curso ou com interesse em atuar como instrutor.

Idéias – Mas alguma coisa foi feita?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Apesar dessas dificuldades, a capacitação no interior foi iniciada na própria localidade em 2007 com ações em Nova Friburgo, Itaperuna, Macaé, Petrópolis, Resende, Teresópolis, Três Rios e Volta Redonda.

Idéias – Os servidores reclamam que têm dificuldades para completar as 80 horas para a promoção e as 120 para o AQ por falta de oportunidades em cursos do próprio tribunal. Há alternativas fora do tribunal para que servidor se capacite. Que tipos de curso os servidores podem fazer para se habilitar à promoção e ao AQ, fora do tribunal?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – O servidor poderá participar de cursos que

não sejam organizados pela Seção Judiciária desde que obedeçam às normas prescritas na Lei 11.416/2006 e na Portaria Conjunta 01/2007 que autorizam o cômputo de cursos custeados pelo próprio servidor, que sejam relacionados às áreas de interesse da Justiça Federal, em conjunto com as atribuições do cargo ou função do servidor e que tenham carga horária mínima de oito horas-aula.

Idéias – E quais são exatamente as áreas de interesse?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – As áreas de interesse do Poder Judiciário da União são as necessárias ao cumprimento de sua missão institucional, relacionadas aos serviços de processamento de feitos; execução de mandados; análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência nos vários ramos do Direito; estudo e pesquisa do sistema judiciário brasileiro; organização e funcionamento dos escritórios judiciais e as inovações tecnológicas introduzidas; elaboração de pareceres jurídicos; redação; gestão estratégica, de pessoas, de processos, e da informação; material e patrimônio; licitações e contratos; orçamento e finanças; controle interno; segurança; transporte; tecnologia da informação; comunicação; saúde; enge-

Como implementar treinamento

nharia; arquitetura, além dos vinculados a especialidades peculiares a cada órgão do Poder Judiciário da União, bem como aquelas que venham a surgir no interesse do serviço.

Idéias – Que ações a coordenadoria e a seção desenvolveram nos últimos anos para melhorar a qualificação do servidor do interior e facilitar o acesso destes aos cursos? Pesquisas, novos cursos, turmas fora?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Tentamos, ano a ano, melhorar o atendimento aos servidores dessas unidades remotas. Já realizamos cursos concentrados em um ou dois dias de maneira integral para facilitar a participação desse público, além da organização de “Maratonas do Interior” que consistia, em um primeiro momento, de três cursos por dia durante uma semana inteira ou de dois ou três cursos que aconteciam de maneira concentrada em uma semana, destinados apenas aos servidores do interior, todos com o pagamento de diárias.

Idéias – É possível fazer convênio, por exemplo, com o sistema Senai/Senac, ou outro tipo de convênio? Ou a solução é ter treinadores próprios para capacitação no interior?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – O Senai e, em especial, o Senac trabalham de maneira comercial, participando de licitações na SJRJ. Inclusive em 2007 foi o Se-

nac que ganhou a licitação para atuar nas ações do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG).

Idéias – Como resolver o problema da falta de salas e equipamentos para treinamento no interior?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Estamos tentando equipar os espaços que foram utilizados nas localidades. Já há em cada local TV e DVD. Acabamos de adquirir *flip charts* para cada localidade e já solicitamos a aquisição de projetores multimídia para todas as subseções. Planejamos ainda para o primeiro semestre de 2008 visitas às localidades para avaliarmos todos os espaços e identificarmos alternativas para que a capacitação seja mais eficaz.

Idéias – Há problema de orçamento para a capacitação no interior?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Em 2007 tivemos uma restrição orçamentária no tocante ao pagamento de diárias o que dificultou bastante a diversificação das ações oferecidas. Para 2008, aguardamos a aprovação do orçamento para avaliarmos as alternativas.

Idéias – Qual a solução possível para capacitar uma grande quantidade de servidores, cursos à distância?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Acreditamos que a solução seria o investimento na Educação à Distância (EAD). Mas

para que isso possa se tornar realidade, seria necessário um incremento de dois a três servidores na Seção de Capacitação para que esses colaboradores pudessem atuar integralmente no desenvolvimento dessa solução de treinamento.

Idéias – Como está o planejamento de novas ações de interiorização?

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Damos prosseguimento à realização de ações em todas as localidades, otimizando os recursos existentes e buscando soluções para as dificuldades que impossibilitam a capacitação em algumas subseções. Temos realizado boas parcerias com os magistrados e servidores e o resultado tem sido muito positivo. Todos estão se empenhando para atender às demandas das unidades do interior.

Idéias – Aproveitando a oportunidade, como está a questão do treinamento de capacitação dos Agentes de Segurança? O sindicato se oferece para ajudar nessa capacitação, haja vista que alguns dos nossos diretores são agentes de segurança e têm experiência de treinamento adquiridas em outros estados.

THEREZA BALTHAZAR E CÁSSIA VALÉRIA – Em relação aos Agentes de Segurança, estamos em contato com a Polícia Federal para a organização das ações necessárias à capacitação desses servidores.

Filosofia Política Moderna e Contemporânea

O Sisejuferj promove o Curso de Filosofia Política Moderna e Contemporânea, nos moldes de um curso de extensão universitária, com professores responsáveis pela pós-graduação em Filosofia da Universidade Gama Filho (UGF). O curso tratará da Filosofia Política dos séculos XIX, XX e

XXI. Os professores são o doutor Edson Peixoto de Resende Filho, coordenador do Mestrado em Filosofia da UGF, o doutor Paulo Domenech Oneto e o doutor Norman Madarasz, ambos professores do Mestrado em Filosofia da UGF.

Para **sindicalizados** o investi-

mento será de **R\$ 30,00** por mês. Para dependentes de sindicalizados e **convidados: R\$ 50,00** reais por mês. Para **demais participantes, R\$ 150,00**. O curso inicia no dia 19 de maio, será sempre às segundas-feiras, a partir das 19h, na sede do sindicato.

Início dia 19 de maio, segunda-feira, às 19h

Inscrições: formacao@sisejuferj.org.br

ou no telefone 2215.2443, com Roberto Marins

Samba de Madureira a Oswaldo Cruz

Foto: Henri Figueiredo

Sai de cena a Feijoada da Família Portelense, em Madureira. Entra em cena a Feira das Yabás, em Oswaldo Cruz. No sábado, 3 de maio, aconteceu a última grande festa na quadra da Portela (que já conta com cinco anos de sucesso), em Madureira, antes das reformas que devem acontecer por alguns meses. Agora, no bairro ao lado, Marquinhos de Oswaldo Cruz, um dos criadores da feijoada, promove a Feira Gastronômica do Samba, a Feira das Yabás. A idéia é reunir as melhores cozinheiras do samba e resgatar a cultura negra, num encontro mensal na Praça Paulo da Portela.

No evento, os amantes da boa culinária vão encontrar barracas com os mais variados tipos de comida, como feijoada, galinha com quiabo, rabada, caldo de mocotó e roupa velha, pratos que serão preparados com o tempero especial de tias bem famosas das escolas de samba cariocas, como Tia Doca e Neide Santana, ambas da Velha Guarda da Portela.

Além das comidas típicas de sambistas, quem for ao evento, marcado para o segundo domingo de cada mês, ainda será contemplado com uma roda de sam-

ba comandada por Marquinhos de Oswaldo Cruz e seus convidados ilustres. E o melhor: de graça. Com patrocínio do Ministério do Turismo, da Prefeitura do Rio e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e apoio do Sebrae, da Fundação Cultural Palmares e do Mercado de Madureira, o público não pagará ingresso para curtir a Feira. Será cobrado, apenas, o que for consumido nas barracas.

Na tarde de estréia, marcada para 11 de maio, Dia das Mães, a diva do samba, Dona Ivone Lara, fez um show homenageando todas as mulheres, cantando sucessos como "Acreditar" e "Sonho Meu", músicas compostas pela cantora em parceria com Délcio Carvalho. A bateria do Império Serrano também se apresentou em homenagem às mães. Marquinhos de Oswaldo Cruz, que todos os anos agita o Rio com o seu já tradicional Pagode do Trem e é um dos criadores da famosa Feijoada da Portela, acredita que a Feira fará muito sucesso entre os fãs do bom samba: "Todos esses eventos atraem gente de todas as partes do Rio e até do Brasil porque enaltecem o bom samba. Tenho muito prazer de mostrar o meu trabalho, mas sempre permitindo que outros apaixonados pela



Casquinha e Monarco na penúltima Feijoada da Família Portelense, em 5 de abril

nossa cultura façam parte de cada projeto e contemplem o público com o que há de melhor na nossa música. E o carioca e o povo de Oswaldo Cruz merecem um evento desse porte", diz Marquinhos.

Serviço

Feira Gastronômica do Samba, a Feira das Yabás

Data: Todo segundo domingo de cada mês

Horário: 12h – Início da Feira

14h – Início da Roda de Samba

Atrações: Roda de Samba com Marquinhos de Oswaldo Cruz

Entrada: Gratuita

Local: Praça Paulo da Portela, em Oswaldo Cruz



O sindicato, através de convênio com a Rio Música, está lançando seu Curso de Canto, com a formação de um coral, ao final. Se você canta no banheiro, desafina, tem vergonha de cantar, mas vontade de aprender, o sindicato abre suas portas: venha cantar conosco. As **aulas** serão às **terças e quintas**, de **19h às 20h30min**, com a professora **Marília Rangel Schanuel de Albuquerque**. A mensalidade será de **R\$ 20,00** para **sindicalizados**. **Dependentes** pagam **R\$ 35,00** e **demais interessados** **R\$ 50,00**.

Início dia 20 de maio, terça-feira, às 19h.

Inscrições:
formacao@sisejuferj.org.br
ou no telefone 2215.2443,
com Roberto Marins

Sururu na Roda no 11º Botequim



Graça Lisboa: vocalista do Roda Carioca

O Dia do Trabalhador foi comemorado em grande estilo pelo sindicato. Mais de 200 pessoas participaram do 11º Botequim do Sisejufe na noite de 30 de abril, no Recanto da Lapa. Com apresentações musicais do grupo Roda Carioca (que tem a cantora Graça Lisboa e o violonista Dú Basconça) e do Sururu na Roda (com Nilze Carvalho). Muito samba, MPB e forró puse-

ram pra dançar os servidores que foram prestigiar, com entrada franca e cerveja barata, mais um evento cultural do sindicato.



As meninas do Sururu na Roda



Público também deu show



No alto, Nilze Carvalho.
Acima, Camila Costa

Arte à beira do caminho

Grupo Raízes em Movimento apóia atividade de moradores do Alemão

Texto: Max Leone*
Fotos: Sadraque Santos
Raízes em Movimento

O esforço que os moradores fazem para subir e descer a íngreme ladeira da Avenida Central, um dos acessos

do Morro do Alemão, no bairro de Ramos, acaba compensado. A cada passo dado é impossível não perceber a arte espalhada pelo trajeto. Os moradores já estão acostumados a dividir o espaço com o que tem sido chamado de "galeria a céu aberto" de grafites e desenhos. Trata-se de uma exposição permanente de mais de 70 painéis grafitados por jovens artistas ao longo do percurso que leva ao alto do morro. As imagens abordam temas do cotidiano das pessoas que transitam todos os dias por aquela área. Esse é um dos trabalhos promovidos e incentivados entre os moradores da região pelo Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento, uma Organização Não-Governamental (ONG) que atua em 12 comunidades com uma população de aproximadamente 150 mil pessoas, segun-



do as associações de moradores locais.

"É uma de nossas atividades na comunidade. Atuamos em três segmentos: juventude, comunicação e cultura, onde entra essa oficina de grafites", explica o sociólogo Alan Brum, coordenador-geral do grupo. Brum desenvolve o trabalho há sete anos no morro e já envolveu mais de duas mil pessoas nesse projeto.

Uma das principais preocupações do Raízes em Movimento é sem dúvida o público jovem. Tanto que boa parte dos projetos é voltada para crianças e adolescentes que moram na região. Na pequena sede localizada dentro do Alemão, a meninada tem condições de aprender um ofício como pintura, tecelagem, artesanato, músi-

ca, dança, teatro, fotografia, técnicas de grafites, produção de vídeos e elaboração de jornais comunitários. Tudo sob a orientação do pessoal do próprio grupo.

Um dos beneficiados pela oficina de fotografia é Maycom Brum de Almeida, de 20 anos. Nascido e criado na comunidade, o garoto concluiu as aulas para se tornar um fotógrafo no fim do último mês de março. Atento a tudo que acontece na área já começou a clicar e a espocar flashes por todo canto que passa.

"O Raízes em Movimento foi o lugar que me fez abrir os olhos para o mundo. Passei a ter uma visão crítica das coisas. Eu adorava ver o Big Brother Brasil. Hoje, entendo o que é aqui-



Sadraque:
 “Pretendemos formar profissionais que não tenham medo da sociedade. Que vejam a fotografia como uma possibilidade de quebrar o estereótipo de cidade partida”.



lo”, explica Maycom, que termina o segundo grau no fim do ano.

Coordenador das oficinas de fotos, o fotógrafo Sadraque Santos afirma que a atividade ensina aos jovens, além da técnica, a condição de ver a fotografia de uma forma que ela possa ser uma ferramenta de mudança social. Um instrumento de abertura de portas para que, com isso, eles tenham outras oportunidades, mas que deixem de lado a lógica de trabalhar a comunicação dentro do espaço popular.

“Pretendemos formar profissionais que não tenham medo da sociedade. Que vejam a fotografia como uma possibilidade de quebrar o estereótipo de cidade partida”, revela Sadraque. Ele ressalta que a exposição de fotos com imagens de pessoas da comunidade ajuda também a elevar a auto-estima

dos moradores. “É legal você ver uma foto de quem você conhece, que mora perto de você. Temos hoje 36 alunos trabalhando a arte por meio da fotografia”, explica.

Os trabalhos do Raízes em Movimento não se limitam aos espaços do Complexo do Alemão. Alguns projetos do grupo ganharam destaque fora da comunidade, como de pintura temática no muro principal de um dos *campi* da Faculdade Integradas Hélio Alonso (Facha), em Botafogo, na Zona Sul. A outra iniciativa do Raízes, em parceria com o Sesc, é o Motirô, com oficinas de comunicação e meio ambiente que resultarão num jornal feito pelos próprios alunos e que será lançado até o fim do semestre. Da idealização da pauta até o fechamento do jornal, passando pela apuração das informações, redação e diagramação das pá-

ginas, tudo é feito sob a ótica dos participantes. Já o trabalho com ecologia é desenvolvido na Fazenda das Palmeiras, no Engenho da Rainha.

Atualmente, pelo menos 50 alunos do ensino médio matriculados em escolas públicas do Alemão e do conjunto de favelas da Penha são atendidos pelo projeto. O objetivo é que os participantes sejam promotores da qualificação do ensino público, elevando o nível de aprendizagem, socializando o conhecimento adquirido no projeto e repassando para os colegas de sala de aula. O grupo promove também atividades de esporte e lazer.

“Muitos que começaram no Motirô conseguiram passar no vestibular e estão se formando. E passaram a dar aula no projeto também”, conta a pedagoga e professora Mônica Gomes, coordenadora do Motirô.





Crescimento, o famoso PAC, também estão na ordem do dia do Raízes em Movimento. Segundo Brum, as intervenções que serão feitas na comunidade por parte do poder público são positivas e beneficiarão os moradores. Mas, ressalva Brum, a falta de participação dos moradores na elaboração dos projetos é um aspecto negativo. A parceria dos governos federal e estadual promoverá obras de infra-estrutura, com abastecimento de água e redes de esgoto, construção de escolas, postos de saúde e pavimentação. O PAC também vai instalar um teleférico, 2.620 novas unidades habitacionais e melhorias de outras quatro mil casas.



“Não consultaram a comunidade. O governo alegou a burocracia de datas para elaboração e fechamento dos projetos. No entanto, houve o compromisso de, ao longo do processo, ouvirem os moradores para fazermos ajustes”, diz Brum, lembrando que uma das divergências é a instalação do teleférico na região. “Há necessidades mais urgentes na comunidade como investir em saúde e educação”.

Circulando



Para divulgar os desenhos dos grafiteiros e os demais trabalhos de arte, foi criado o projeto Circulando, evento itinerante dentro das favelas com exposições de grafites, pinturas, fotografias e vídeos com documentários sobre o cotidiano do morro. Só de grafite a céu aberto, a exposição permanente na Avenida Central, conta com mais de 70 painéis pintados nos muros e fachadas das casas. Um dos grafiteiros é Tiago Tosh que fez painéis gigantes nos muros e paredes da Avenida Central para denunciar o cotidiano de violência nas favelas e a violação dos Direitos Humanos em algumas ações arbitrárias da polícia. “A maioria dos meninos daqui era pichador, sem nenhuma perspectiva na vida. Hoje eles fazem grafite”, explica Tosh.

Outro ponto que divide opiniões é a política de segurança pública adotada pelo estado. A postura de confronto com a criminalidade para ocupar espaço na comunidade não é bem vista. Para o coordenador do Raízes em Movimento, é possível “entrar sem dar tiros”. Ele afirma que num recente confronto, 9 de 19 mortos não tinham ligação com o tráfico, sendo que dois teriam sido executados sumariamente.

Os moradores parecem ter se acostumado com a presença dos soldados da Força Nacional de Segurança que, de fuzis em punho, vivem entrenchados nos acessos da favela num constante clima de guerra.

As obras do Plano de Aceleração do

*Da Redação.

O trabalho do grupo pode ser conferido em raizesemmovimento.org.br

A hegemonia da crítica conservadora

Guilherme Scalzilli*

A radicalização ideológica das grandes empresas jornalísticas teve duas motivações complementares. Primeiro, foi um gesto espontâneo de afinidade partidária: a eleição de Lula contrariou os desejos pessoais (e os prognósticos) da maioria das cúpulas editoriais, que defendiam, aberta ou veladamente, os governos FHC. Mas houve também uma crise financeira sem precedentes no mercado da informação, que forçou os veículos a adotarem um aberto posicionamento político para atrair consumidores fiéis.

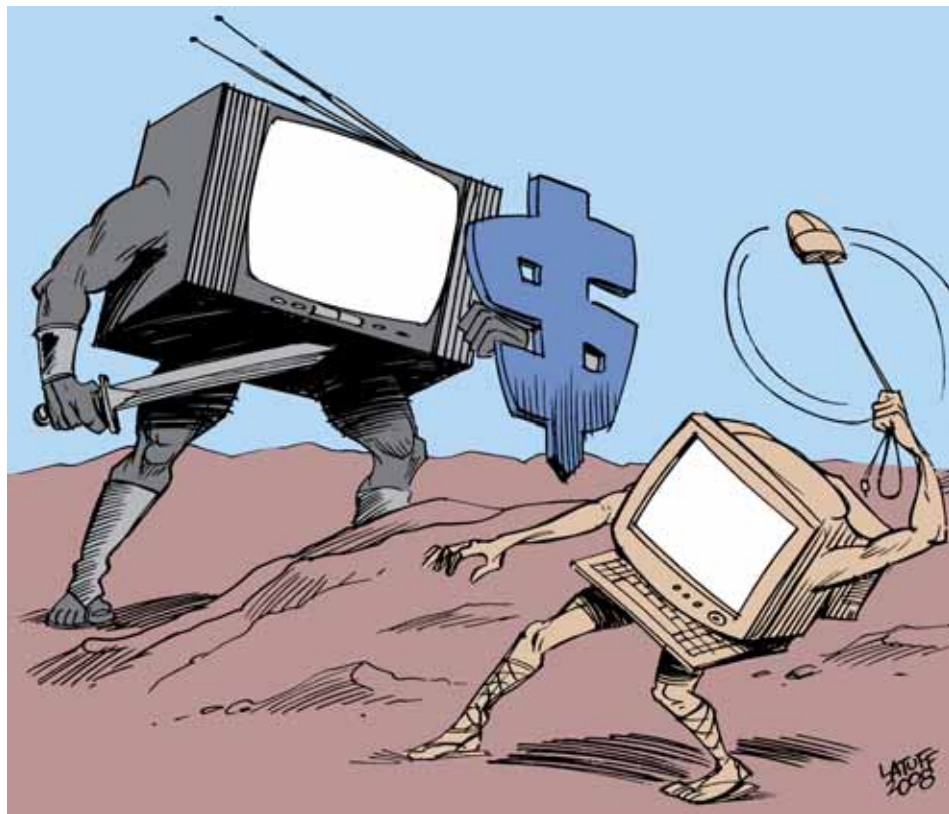
O conservadorismo tornou-se hegemônico não apenas por escolha voluntária das redações, mas principalmente por sua associação ao repertório de valores dominantes em certo público-alvo. Só que esse método fracassou como indutor eleitoral. Mesmo descontando-se a maioria sem acesso à mídia escrita, uma análise dos resultados do segundo turno das últimas eleições revela que os veículos não conseguiram convencer seus próprios seguidores, das parcelas mais escolarizadas da sociedade.

Para se ter idéia da gravidade dessa constatação, basta lembrar quantas vezes, nos últimos 50 anos, a imprensa abalou governos, inclusive derrubando presidentes, apenas por meio de seu poder mobilizador.

Tamanho desmoralização dos veículos informativos tradicionais é um marco revolucionário da recente história jornalística nacional. Ela originou o profundo sentimento de frustração e revanchismo que se percebe nas entrelinhas dos artigos, nas entonações dos pronunciamentos, no calor dos debates e, finalmente, nos ataques desferidos pelos comentaristas contra os blogs da internet.

Especulação e palpitaria

Nomes consagrados do jornalismo têm destilado torrentes venenosas contra os blogueiros, chegando a constrangedores extremos de agressividade. Acu-



sam fanatismo, grosseria e até canalhice, ameaçam represálias e defendem legislações repressivas. Vingam-se, assim, da aparente traição eleitoral de 2006: transformaram os dissidentes das classes média e alta em turba animalasca de parasitas anônimos.

Desnecessário insistir que a luta é ingloria. Os blogueiros apenas realizam as potencialidades da liberdade de expressão que lhes são vedadas na grande imprensa. Compõem uma verdadeira população de militantes e analistas amadores que usam a mídia eletrônica para resgatar a multiplicidade de opiniões e a controvérsia desaparecidas de outros meios. E não restam dúvidas de que são bem-sucedidos nessa empreitada.

Os autores dos blogs não representam ameaça à coletividade. Como qualquer jornalista profissional, estão submetidos a sanções legais; uma assinatura genérica tipo "Da redação" também protege a identidade do autor, mas tampouco lhe serve como couraça inescrutável. Debates sérios sobre calúnias e

anônimos abarcariam os limites da especulação noticiosa, da palpitaria irresponsável e do sigilo de fontes viciadas – que de forma alguma são exclusividades da chamada blogosfera.

Liberdades incômodas

A reação dos comentaristas esconde a soberba do orgulho corporativo ferido. "Especialistas", não admitem ser contrariados por ignorar. Precisam parecer superiores ao povaréu blogueiro, como se um contrato de trabalho (ou, pior, o diploma) lhes conferisse status de infalibilidade. É a versão arrogante do "discurso competente", sutil autoritarismo travestido de imparcialidade técnica.

Os blogs estão a salvo de ingerências hierárquicas, econômicas e institucionais, expondo o ridículo da dissimulação pretensamente oficiosa dos grandes veículos. E ensinando que as liberdades só adquirem verdadeira função democrática quando se tornam incômodas.

*Observatório da Imprensa
(22 de abril de 2008).

“Jornada de trabalho menor be

Max Leone*

A implantação de uma jornada de 6 horas de trabalho não beneficiaria apenas os servidores do Judiciário Federal. Ela seria positiva para a sociedade e os cidadãos como um todo. A opinião é do sociólogo Carlos Alberto Colombo, autor da pesquisa Aumento da Jornada de Trabalho, Qualidade de Vida e Produtividade na Justiça do Trabalho da 4ª Região. O trabalho serviu de base para que a direção do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (Sintrajufe-RS) negociasse a volta das 6 horas para os servidores

do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT) a partir de 2002.

Em entrevista à **Idéias em Revista**, Colombo afirma que as próprias estatísticas oficiais mostram que aumentar as horas de trabalho nas repartições afeta negativamente a produtividade do trabalho e a qualidade de vida dos servidores. Para ele, é importante lembrar que o servidor é antes de tudo um cidadão. E quando o direito à saúde é comprometido ou no momento em que a Justiça não funciona adequadamente, a pessoa também perde como cidadã e como servidora.

O sociólogo defende a tese de que somente com o diálogo democrático e a negociação coletiva haverá avanços, como aconteceu no Rio Grande do Sul, para um acordo sobre a implementação das 6 horas.

Idéias – Foi feita uma pesquisa sobre a queda de produtividade associada ao aumento da jornada de trabalho no Tribunal Regional Trabalho (TRT-RS) da 4ª Região. Você poderia resu-

mir as principais constatações da sua investigação?

Carlos Alberto Colombo – Em março de 1999 a Administração do TRT na 4ª Região decidiu aumentar a jornada histórica de 6 horas, que era aplicada desde a instalação da Justiça do Trabalho no RS, para 8 horas diárias, com o propósito de melhorar a prestação jurisdicional. A minha investigação, baseada nos relatórios e estatísticas oficiais do tribunal e em pesquisas de medicina do trabalho e ergonomia, demonstrou que os resultados desta política foram opostos ao esperado pelos administradores.

Idéias – E quais foram os resultados?

COLOMBO – De um lado, constatou-se o agravamento das doenças relacionadas ao trabalho e o crescimento das licenças para tratamento de saúde. De outro, apesar do aumento de 33% no número de horas trabalhadas, ficou comprovado, dentre outros aspectos, o seguinte: 1) o número de processos solucionados em fase de cognição na Justiça do Trabalho de 1º Grau foi menor em 2001 (124.937 processos), após o aumento da jornada para 8 horas, do que nos anos de 1994 e 1995 (126.938 e 126.162 processos, respectivamente), sob o regime de 6 horas diárias; 2) em consequência, em 2001, o número de processos solucionados (cognição) por hora de trabalho da jornada anual, apresentou queda de 24,11% na taxa de produtividade da Justiça do Trabalho de 1º Grau em relação ao ano de 1998 e foi 26,19% menor em comparação com o índice de produtividade obtido em 1994; 3) o número de processos em tramitação na fase de execução aumentou 28,1% em apenas um ano, saltando de 113.507 no ano de 2000 para 145.403

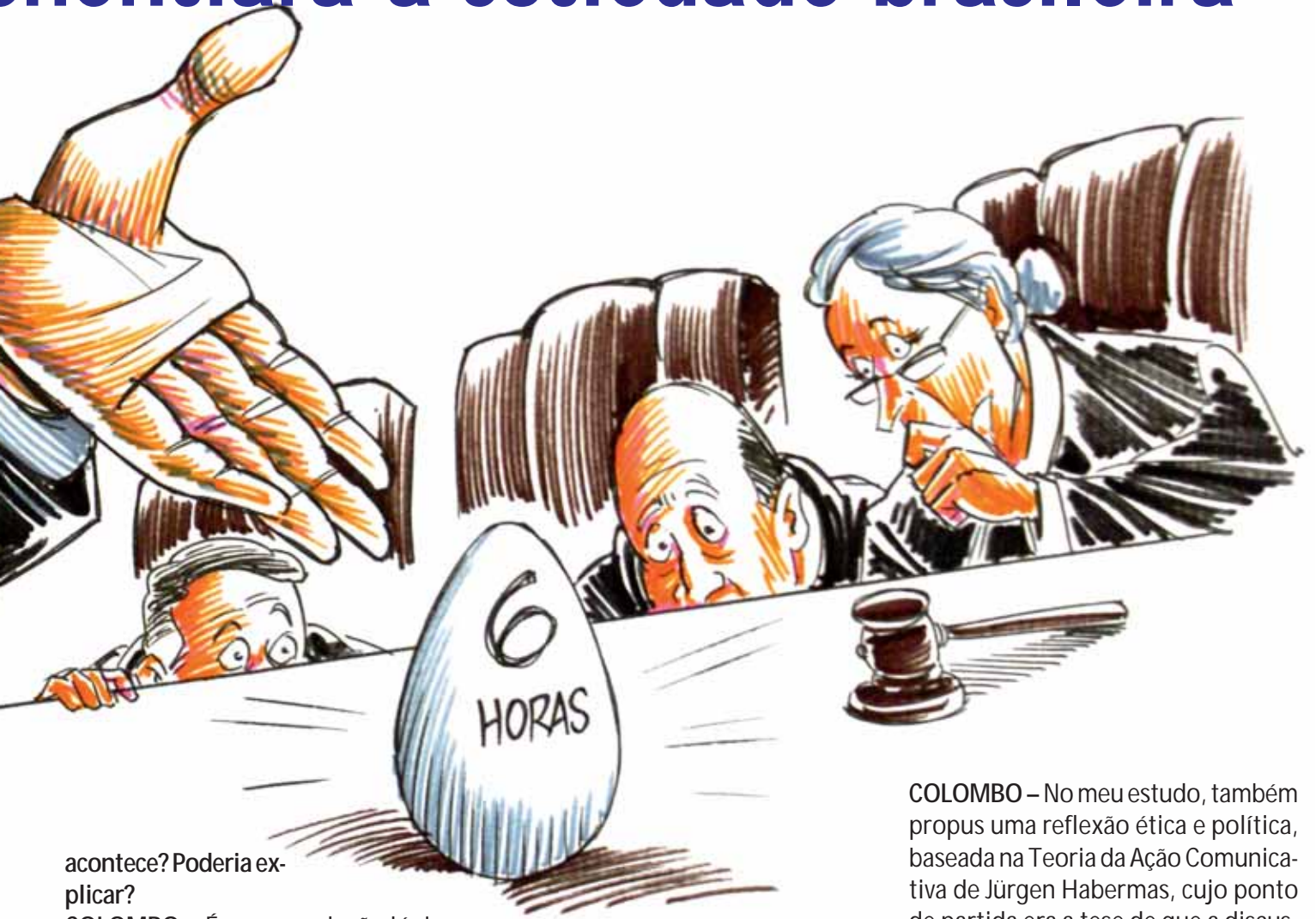


em 2001, ou seja, um crescimento de 31.893 processos pendentes.

Idéias – Podemos deduzir que o aumento da jornada representou um duplo prejuízo à sociedade. Como isso

“Em março de 1999, a Administração do TRT da 4ª Região decidiu aumentar a jornada histórica de 6 horas para 8 horas diárias, com o propósito de melhorar a prestação jurisdicional. Demonstramos que os resultados desta política foram opostos ao esperado pelos administradores.”

Beneficiará a sociedade brasileira”



acontece? Poderia explicar?

COLOMBO – É uma conclusão lógica. As próprias estatísticas oficiais demonstraram que o aumento da jornada afetou negativamente a produtividade do trabalho e a qualidade de vida dos servidores. É importante lembrar que o servidor é em primeiro lugar um cidadão. Quando o seu direito à saúde é comprometido ou quando a Justiça não funciona adequadamente, ele também perde como cidadão e como servidor.

Idéias – Existem outras experiências bem sucedidas de redução da jornada de trabalho?

COLOMBO – Diversos órgãos públicos e empresas privadas já perceberam os ganhos de produtividade associados à redução da jornada de trabalho, à melhoria da qualidade de vida e da satisfação no trabalho. Muitos já adotam jornada de 6 horas e investem na democratização das relações de trabalho

e no desenvolvimento dos trabalhadores, dentre outros aspectos.

Idéias – E qual seria a mais representativa?

COLOMBO – O exemplo mais ilustrativo para a reflexão que estamos desenvolvendo é o do próprio Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Em 2003, após a divulgação dos resultados da pesquisa que eu mencionava, a Administração do TRT e o sindicato dos servidores estabeleceram um acordo que resultou na redução da jornada de 40 para 35 horas semanais, com garantia de 1 hora de intervalo para o almoço. Na prática, resultou no retorno à carga horária de 30 horas semanais.

Idéias – Quais as lições que podem ser destacadas nesta experiência?

COLOMBO – No meu estudo, também propus uma reflexão ética e política, baseada na Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas, cujo ponto de partida era a tese de que a discussão pública democrática, o diálogo e a decisão fundamentada no melhor argumento poderiam viabilizar a identificação de objetivos comuns e o entendimento entre as partes.

Idéias – E funcionou?

COLOMBO – No caso, a administração do TRT e o sindicato estavam abertos ao diálogo e comprometidos com a melhoria da prestação jurisdicional e da qualidade de vida dos servidores. A administração do Tribunal percebeu que os resultados do aumento da jornada foram negativos e revisou sua posição. Estou convencido de que a prática do diálogo democrático e da negociação coletiva deixou um saldo muito positivo na relação entre administração e servidores.

*Da Redação.

Encontros Regionais mobiliz

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Categoria aprova

Desde abril, o Sisejufe promove encontros sindicais até então inéditos no Estado do Rio de Janeiro. A série de Encontros Regionais sobre Plano de Carreira iniciou em 8 de abril, em Niterói, reunindo servidores daquela cidade e de São Gonçalo. Em 16 de abril foi a vez de Campos e Macaé discutirem o tema, com a presença de um diretor do sindicato. Angra dos Reis teve a reunião no dia 8 de maio. Já estão marcadas etapas em Nova Iguaçu (13 de maio); São João de Meriti (20 de maio); Petrópolis (27 de maio); e Nova Friburgo (28 de maio). Os servidores de Volta de Redonda tiveram de adiar o encontro até encontrarem um local mais adequado à reunião e a data ainda será confirmada.

Em uma das etapas realizadas, em Campos, um dos pontos discutidos que mais chamou a atenção no encontro foi a possibilidade de adoção de uma carreira única no Judiciário. O objetivo é aprofundar os debates sobre o assunto, o que será feito no Seminário Estadual, marcado para outubro. Os servidores de Campos e de Macaé também deixaram claro que a participação deles nos fóruns de discussão será cada vez maior. Os funcionários já começam a se preparar para escolher representantes da região que irão ao seminário, conforme prevê o calendário nacional de atividades da Fenajufe. De acordo com o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, as etapas até aqui realizadas foram positivas e contaram com um grupo de participantes bastante interessado em discutir um plano de carreira no Judiciário Federal.

Os servidores que participaram do encontro em Niterói aprovaram a iniciativa do sindicato. Foi o caso de Josuel Ferreira, técnico judiciário do TRT em São Gonçalo. "Com mais encontros regionais, teremos maiores possibilidades de participar das discussões sindicais", disse Ferreira. "A questão das funções, gratificações, os demais debates relacionados ao Plano de Carreira precisam ser discutidas com toda a categoria", completou.

Servidora da Vara do Trabalho de São Gonçalo, Elisabeth Oliveira estava surpresa com o fato daquele ter sido o primeiro encontro regional do Sisejufe em sua história. "Isso é benéfico para a categoria e espero que nas próximas reuniões estejam presentes outros colegas do TRE e do TRF. É através de luta que nós vamos alcançar nossos objetivos, principalmente no TRT em que ainda existe uma cultura de retaliação a quem se organiza", analisa Elisabeth. Para ela, que já conta 29 anos no Judiciário Federal, o Plano de Carreira é complexo e é preciso discutir bem cada cargo. "Sou sindicalizada há quase três anos e quero parabenizar o Sisejufe pelo trabalho que tem feito para mobilizar os colegas nessa luta", diz a servidora.

A técnica judiciária Maria do Carmo Matos, da Justiça Federal de Niterói, também gostou do resultado do encontro. "Estou há mais de 14 anos na Justiça Federal, no setor de distribuição, e é importante debater seriamente a carreira única", afirma Maria do Carmo.

Pioneirismo

Os debates sobre plano de carreira são uma iniciativa pioneira do Sisejufe. O assunto será um dos princi-



pais temas da pauta dos servidores do Judiciário Federal nos próximos meses. O ponto de partida dessa discussão foi em setembro de 2007, na sede do sindicato, quando aconteceu o Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal.

Diante desta experiência, o Sisejufe sugeriu à Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe) a organização de eventos similares em todos os sindicatos do Judiciário Federal no Brasil – e a proposta foi homologada na XIV Plenária Nacional da Federação, realizada 28 a 30 de março de 2008, em Recife. Na ocasião, o Sisejufe também propôs a criação de grupos de estudos específicos por tribunal e especialidades. Todas as propostas coletadas nos encontros regionais serão encaminhadas à Fenajufe para serem transformadas posteriormente em projeto de lei a ser enviado ao Congresso Nacional.

am servidores de todo estado



À esquerda, o grupo de servidores reunido no 1º Encontro Regional, em Niterói, com a presença de diretores do Sisejufe. À direita, ao lado, a servidora Elisabeth Oliveira, que tem 29 anos no TRT e critica a cultura de retaliação do tribunal a quem se organiza na luta sindical. No centro, Josuel Ferreira, de São Gonçalo. Abaixo, a servidora Maria do Carmo Matos, que considera fundamental a discussão sobre a carreira única.



Próximos Encontros Regionais

- **13 de maio – Nova Iguaçu**
Local: Rua Doutor Thibau, 97 – Centro – Fones: (21) 2666-6613 / 2666-6612 / 2666-6601 (seção de apoio – Ricardo)
Fones: (24) 2103-8413 / 2103-8412 (fax) / 2103-8401
- **20 de maio – São João de Meriti** – Local: Avenida Presidente Lincoln, 911/4º andar – Jardim Meriti – Fones: (21) 2651-8463 / 2651-8462 (fax) / 2651-8401 (seção de apoio – Alexandre)
• **28 de maio – Nova Friburgo**
Local: Avenida Engenheiro Hans Gaiser, 26/A – Centro – Fones: (22) 2102-8413 / 2102-8412 (fax) / 2102-8401 (seção de apoio – Renato)
- **27 de maio – Petrópolis**
Avenida Koeller, 167 – Centro
• **Volta Redonda – Data a ser confirmada** – Local: Rua José Furgêncio Neto, 38/1º Andar – Aterrado – Fones: (24) 3344-8413 / 3344-8412 (fax) / 3341-8401 (seção de apoio – Ismail)

*Da Redação, com colaboração de Max Leone.

O escândalo dos cartões

O governo Lula tem o portal de gastos mais detalhado e transparente de todos os tempos. Mas parte da mídia tenta passar a idéia de que o governo é o mais leniente e corrupto de todos os tempos. Uma inversão espetacular do sentido dos fatos.

Bernardo Kucinski*

Dos muitos abusos com cartões corporativos denunciados pela imprensa, o mais significativo foi a redecoração do apartamento do reitor da Universidade de Brasília, com R\$ 470 mil de um fundo de apoio a pesquisas. Daria para comprar um apartamento de três quartos em Copacabana, lembrou na Folha o poeta Ferreira Gullar. O reitor pagou R\$ 859 por um saca-rolha, R\$ 7.100 por um fogão. "Quantas bocas terá esse fogão?", ironizou o poeta. Um fundo de pesquisa nunca deveria ser usado para reformar um apartamento. Ao defender esses gastos, o reitor personificou o que os sociólogos chamam de "elite patrimonialista", que se apropria do patrimônio público como se fosse particular.

Mas a maioria dos abusos com cartões corporativos denunciados pela mídia resultou de esquecimentos, pequenos enganos ou deslizos patrimonialistas isolados, como a reforma de uma mesa de bilhar de uso recreativo de funcionários. Não foram gastos sistemáticos, como os do reitor. Foram exceção, não regra. Ocorreu uma espécie de corrupção das denúncias contra corrupção. O exemplo mais gritante foi o da revista Veja, que falseou estatísticas para convencer o leitor de que no governo Lula instalou-se uma farra com cartões corporativos.

Veja montou um gigantesco gráfico com as curvas dos saques partindo quase do zero no mandato de Fernando Henrique e subindo, vertiginosamente, para chegar a R\$ 58 milhões no governo Lula. No ponto baixo da curva colocou uma foto de FHC e, no seu pico, uma de Lula, destacando: "Aumento no total de saques no governo Lula: 2.000%".

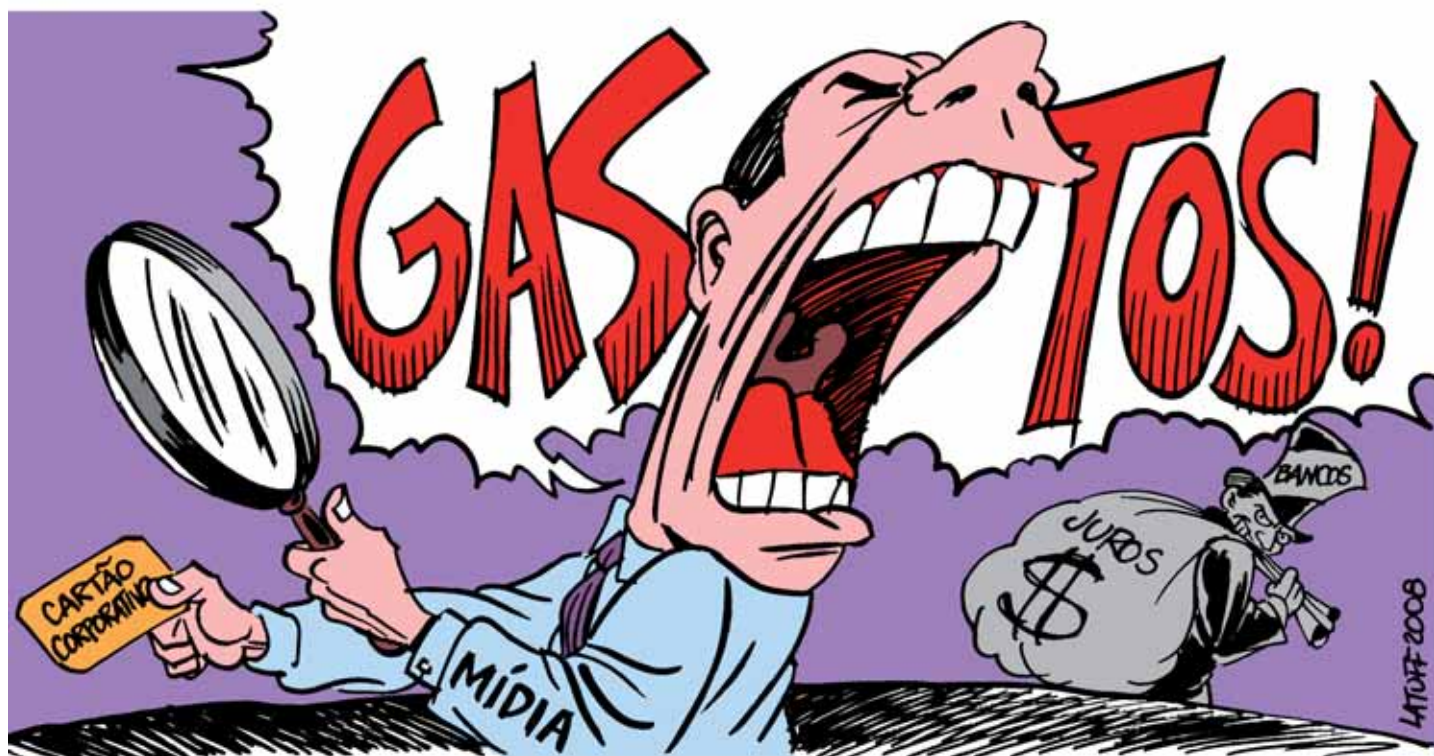
A verdade é que os gastos totais por servidores caíram de R\$ 233 milhões no último ano do governo de Fernando Henrique para R\$ 177 milhões no ano passado. O que o governo Lula fez foi acelerar o processo de substituição das antigas contas tipo B, que não são transparentes e podem ser fraudadas, por cartões corporativos. Estes emitem automaticamente extrato detalhado dos gastos e são à prova de fraude. Além disso, Lula reduziu em escala maior ainda os pagamentos com cheques e criou o Portal da Transparência, que permite a todos os brasileiros detectar todo e qualquer gasto com fundos de provisão do governo. Confira você mesmo em www.portaldatransparencia.gov.br.

Enquanto isso, o governo de José Serra, em São Paulo, dobrou os gastos com cartões corporativos, totalizando R\$ 108 milhões em 2007, e sem nenhum portal de transparência. Nem por isso foi denunciado por Veja – um caso claro de manipulação da informação. Essas manipulações conseguiram

produzir um efeito que em teoria jornalística se chama "inversão de sentidos". Tanto assim que, na pesquisa Sensus fechada naqueles dias, 83,2% dos consultados disseram ser contra o uso de cartões corporativos pelo governo.

Lula reconheceu a importância de algumas das denúncias, até agradeceu aos jornalistas, mas elogiou os cartões e mandou aprimorar os controles. O principal abuso, apontado pelo estu-
dioso do assunto, Marcos Fernandes, numa das poucas reportagens sensatas da Folha, são os saques em dinheiro. Ele disse que os pagamentos com cartões são o que há de mais transparente e moderno na administração pública e em empresas privadas, mas os saques em dinheiro podem gerar desvios. Ocorre que quase metade do total em dinheiro foram saques do IBGE e outro terço da agência de inteligência, a Abin. O resto dos ministérios sacou pouquíssimo em dinheiro. Os da Abin foram justificados pela intensificação das operações e reforço exigido pela segurança do Pan. A Folha assanhou-se com os saques do IBGE e pautou seu repórter para descobrir um suposto mundo de abusos. Mas os dirigentes do IBGE deixaram claro que foram gastos indispensáveis à realização de dois censos, o agropecuário e o de contagem de população em pequenos municípios, envolvendo deslocamentos de dois mil recenseadores em locais que só aceitam pagamentos em dinheiro. Os gastos foram auditados e conferidos, um por um.

Mesmo assim, a Folha publicou a pauta furada em tom de denúncia. O jornal tem insistido em publicar denúncias vazias ou ilações como se fossem fatos. Para se proteger, publica ao lado uma pequena retranca com a versão do "outro lado". Marcelo Coelho, da própria Folha, chamou essa obsti-



nação de “macarthismo das miudezas”. Foram vazias as denúncias que tentaram ligar tesoureiros do PT ao uso de cartões corporativos ou funcionários ao recebimento indevido de diárias de viagem. A revista *Época* deu as informações corretas e bem contextualizadas. Mostrou que 99% dos cartões são usados pelo baixo escalão do governo. É uma ferramenta de trabalho dos operadores de programas e chefes de escritórios regionais, e não uma mordomia da elite dirigente. São cerca de 13 mil funcionários, a maioria de carreira, encarregados de pagar compras e suprimentos. Podem ser considerados de um “estamento”, da burocracia, por terem poderes especiais. Mas não de elite patrimonialista.

Quase todas as reportagens omitiram que depois do gasto o servidor precisa apresentar recibos, notas fiscais e a justificativa da despesa, seja qual for a forma de pagamento, com cartão ou com cheques de contas tipo B. Outro truque foi omitir que o próprio governo fiscaliza os gastos, por amostragem e outros métodos. Uma das reportagens do Estadão escreveu que “desde 2003, primeiro ano do governo Lula, a Controladoria-Geral

da União assistiu a um crescimento, ano a ano, de 65,5% no número de punições administrativas”. Notem a inversão dos sujeitos, como se CGU fosse o mocinho e o governo o bandido. Ora, a CGU é o governo, é o seu principal instrumento para coibir abusos. E a CGU de Lula tem sido especialmente severa, determinando 60% mais demissões e outras punições de servidores, por abusos, do que o governo anterior. Entidades de servidores públicos já a acusaram de perseguição.

A mídia também não considerou a ordem de importância dos valores. Chama-se a esse mecanismo de “não hierarquização dos fatos”. Como disse em editorial a revista *Época*, que não aderiu à manipulação, o gasto com cartões corporativos “representa uma fração pequena de todos os gastos do governo. E o fato de eles deixarem registros públicos que depois podem ser rastreados também deve ser louvado. O ponto a criticar, evidentemente, não é o uso de cartões corporativos, por funcionários, mas seu abuso”.

Fui conferir o Portal da Transparência. E descobri que o total de gas-

tos com cartões corporativos é menos do que um décimo de milésimo da quantia gasta pelo governo. Enquanto isso, os juros e a rolagem da dívida pública consumiram em 2007 quase 60% do total. O verdadeiro escândalo revelado pelo portal é o modelo econômico do governo, que gasta em juros mais da metade de tudo o que arrecada. Mas isso a grande mídia faz questão de não ver.

A pergunta que se faz é: por que tanta manipulação? É a retomada da agenda que tenta desqualificar o governo no plano moral, já que a grande imprensa aprova e aplaude as políticas macroeconômicas, embora com uma ou outra restrição isolada. A insistência em citar o nome de Lula e seus familiares nas manchetes revela mais claramente a intenção de devasar a intimidade do presidente e, com isso, despojá-lo de toda dignidade.

*De 10 de fevereiro de 2003 a 30 de junho de 2006 foi Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social (Secom), da Presidência da República. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, junto à Escola de Comunicações e Artes – Departamento de Jornalismo e Editoração.

Ainda de lados op

Laerte Braga*

O senador José Agripino Maia, do DEMocrata do Rio Grande do Norte, em 1979, em plena ditadura militar, filiou-se ao PDS que sucedeu a Arena, partidos do regime de terror implantado no país em 1964.

O senador descende uma família que se alterna no comando do seu estado ao longo de décadas, no velho esquema de oligarquias que juntam latifúndio e empresários no Nordeste.

Houve um tempo que a gente da Fiesp/Daslu costumava dizer que para o Brasil crescer era necessário "doar" o Nordeste para livrar-se de um "peso". Eu me recordo que a cantora Elba Ramalho, um exemplo de ser humano, deu uma resposta devida e precisa sobre o preconceito manifesto contra nordestinos.

Euclides da Cunha, engenheiro, militar e escritor, deixou a afirmação "o sertanejo é antes de tudo um forte".

É claro que ao longo da história do Brasil figuras como Agripino Maia, que nunca trabalharam na vida, ou fizeram coisa alguma que não se beneficiar do poder (os Andradas, por exemplo, vieram para o país em navio chapa branca junto com a família real como afirma um amigo que muito prezo), não pode pensar diferente do que ele pensa.

É um dos donatários dos grupos que escravizaram durante séculos o Nordeste e tentam manter esse poder a todo custo.

Integra a corte, a elite, faz parte da pior espécie de gente que existe. A que não tem princípios e nem valores. São a um só tempo, embora possa parecer um contra-senso, amorais e imorais.

Foi por isso que com aquele olhar cínico, debochado, imperturbável, de todo mau caráter, que fez a pergunta que fez a uma figura humana notável, a ministra Dilma Roussef.

Dilma, como tantos brasileiros, pegou em armas contra a ditadura. Como tantos brasileiros passou anos presa quando foi submetida a torturas degradantes e se manteve ativa, corajosa, íntegra e acima de tudo humana.

Maia não sabe nem o que isso quer dizer. Altivez, coragem, integridade e ser humano. Nunca teve e nunca foi.

A resposta da ministra Dilma Roussef dada dia 7 de maio ao senador (putz, é o cúmulo isso) resgata o notável valor da mulher brasileira, mas acima de tudo, do ser humano capaz de se manter como tal, não importa quantas pastas tenham sido abertas e nelas guardadas as mentiras e as montagens seja da ditadura, seja de figuras como Maia, ou de quem quer que seja, no modelo desumano, cruel e perverso de hoje.

O que transforma o real em irreal.

A resposta de Dilma Roussef deveria ser exibida em cada escola do país, em cada casa, para que cada jovem e cada cidadão pudesse ter diante de si uma realidade que tentam ocultar a qualquer preço, pois não querem seres humanos, querem robôs.

E pudessem enxergar e perceber que aqui existem pessoas cuja bravura e caráter são reais.

É claro que a pergunta foi colocada na boca de alguém que se presta a qualquer papel e Agripino Maia se presta a qualquer papel. Condição básica para fazer a pergunta que foi feita à ministra Dilma é a absoluta falta de caráter. É produto de uma oligarquia, não anda e nem pensa pelas próprias pernas.

Mas, de alguém que seja DEMocrata (sucessor dos partidos da ditadura) e ligado aos tucanos (PSDB) opositores disfarçados da ditadura.

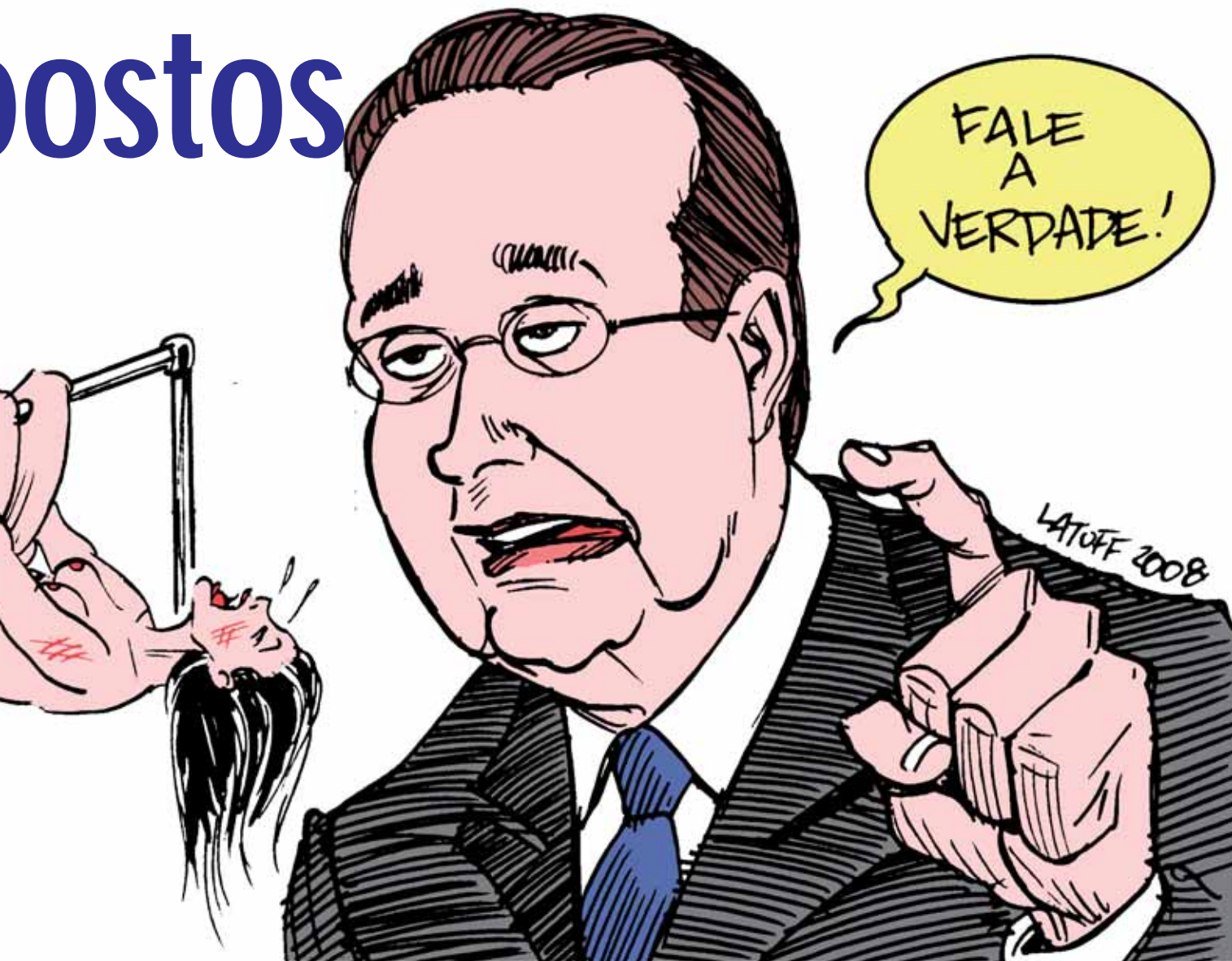
Em meio a generais como Augusto Heleno, defendendo interesses de potência e grupos estrangeiros em nosso (nosso?) país.

A assassinos absolvidos como o mandante do crime contra a missionária Doroty Stang. Ou a quadrilheiros grileiros que ocupam terras de índios (não são gente na cabeça dos vários agripinos maias espalhados pelo Brasil, ou ex-Brasil), a resposta da ministra Dilma é mais que um ato de dignidade e bravura.

É a reafirmação que nem todas as pessoas são como bolas que se deixam encaçapar em mesas de sinuca, em nome de um mundo real que não existe. Podem até ser decentes, mas lhes falta a alma que Dilma Roussef resgatou em sua resposta.

E mais, Dilma Roussef, indepen-





dente de Lula, ou o governo, conferiu dignidade ao ser lutador, ao ser íntegro. Resgatou uma pequena janela de uma história que precisa ser contada aos brasileiros para que se possa perceber que tipo de cobra venenosa existe em cada Augusto Heleno, em cada Agripino Maia, em cada Vale/Aracruz. Em cada Zé Pastinha, que é apenas consequência, produto desse modelo imoral e amoral. Mas nem por isso deixa de ser canalha. É só extensão menor.

Se Dilma tivesse dito o que o senador chama de "verdade", aos "patriotas fardados" que a torturaram, Agripino Maia teria, ontem, dito que Dilma foi uma delatora. Que entregou companheiros. Como foi o contrário, Dilma tem a estatura humana e moral que Agripino não tem, por isso não pode saber o que foi a luta travada con-

Dilma, como tantos brasileiros, pegou em armas contra a ditadura. Como tantos brasileiros passou anos presa, foi submetida a torturas degradantes, e se manteve ativa, corajosa, íntegra e acima de tudo humana. Maia não sabe nem o que isso quer dizer. Altivez, coragem, integridade e ser humano. Nunca teve e nunca foi.

tra a ditadura, e fez a pergunta que fez. Era um deles. Continua a ser.

É a medida de um ser repulsivo. Agripino Maia.

É a dimensão gigantesca de uma pessoa admirável. Dilma Rousseff.

E essa diferença é o *imprimatur* que os filhos de cada um carregam em seus genes.

*Jornalista.

Veja resposta da ministra Dilma Rousseff em

<http://www.youtube.com/watch?v=ntVZB12ktPg>

Um presidente de sa

Em eleição histórica, o Paraguai elegeu o ex-bispo Fernando Lugo como novo presidente do país, rompendo com mais de seis décadas de Partido Colorado no poder. A guinada à esquerda no Paraguai terá reflexos no Brasil, principalmente pela iminente revisão do Tratado de Itaipu. Em Assunção, a comemoração popular pela vitória de Lugo teve gosto de final de ditadura.

De Assunção

Texto

Clarissa Pont*

Fotos

Eduardo Seidl*

No Paraguai, a filiação ao Partido Colorado sempre foi sinônimo exclusivo de participação política. A carteira de filiado ao partido é utilizada como documento de identidade e pode, inclusive, garantir atendimento médico em um momento de necessidade. O partido maneja de forma inescrupulosa seis décadas no poder, entre governos fraudulentos e ditaduras opressoras. A eleição deste ano, mesmo na mira de centenas de observadores internacionais atentos ao pleito, não foi exceção à regra e também foi marcada por denúncias de irregularidades. Calcula-se que, dos 2,8 milhões de cidadãos paraguaios habilitados a votar no 20 de abril último, cerca de 5% (140 mil) eram eleitores fantasmas. A soma envolve irregularidades na documentação e inexplicáveis situações como o voto de presos, emigrantes e mortos. Esta lógica perpetuou a ditadura de Alfredo Stroessner, responsável por tirar Federico Chávez da presidência com um golpe militar em 1954, por sete mandatos consecutivos, ou seja, 35 anos no poder.

O Paraguai é marcado pela tradição do eleitorado comparecer às urnas antes das dez da manhã. Reflexo de um temor, isso acontece porque, desde a abertura democrática, a população sabe que prorrogar o voto para depois do meio dia é correr o risco de chegar à mesa de votação e encontrar uma assinatura falsa e o voto de



outra pessoa no lugar do seu. Em 2008, a candidatura de Fernando Lugo garantiu, pela primeira vez desde a abertura democrática em 1989, a dúvida sobre o resultado das eleições presidenciais. Até então, era consenso que, não importava o voto, o candidato colorado sairia vencedor.

Dos "sermões subversivos" à institucionalidade

A história do novo presidente do Paraguai começa em uma pequena comunidade rural, onde a família foi perseguida pelo regime ditatorial de Stroessner e seu pai foi preso mais de vinte vezes. Três de seus irmãos foram expulsos do país. Aos 19 anos, Lugo entrou no Seminário da Congregação do Verbo Divino. Sua trajetória na igreja sempre esteve identificada com a Teologia da Libertação. Em 1983, foi expulso do Paraguai sob a alegação de proferir "sermões subversivos". Viveu em Roma, retornou ao Paraguai em 1987 e, em 1994, foi ordenado bispo. No final de 2006, Lugo teve de abandonar o sacerdócio para disputar as eleições presidenciais.

"Quando percorremos o país, tivemos mais de 600 reuniões com diferentes partes da sociedade paraguaia, especialmente com o campo. Assim nasceu um imperativo de reforma agrária. É um dos eixos programáticos de consenso dentro da Aliança Patriótica. Nossa constituição nacional garante a propriedade privada, mas garante também que todos os cidadãos paraguaios devem estar assentados sobre sua terra própria. Temos umas 300 mil famílias sem terra, todas possuem o direito constitucional de assentar-se", prevê Lugo. A reforma agrária é uma das pedras no sapato do novo governo. Necessária e urgente, a questão não é consenso entre Lugo e o vice-presidente.

A Aliança Patriótica para a Mudança, coligação que sustentou a candidatura de Lugo, reúne sob a mesma legenda nove partidos políticos e diversos movimentos sociais, sindicais e indígenas. Apesar do voto na Aliança traduzir uma conquista democrática e a renúncia aos partidos tradicionais, o Partido Liberal Ra-

Andálias

dical Autêntico, segunda força partidária paraguaia depois da tradição colorada, forma a mesma frente, representado por Federico Franco, novo vice-presidente. As contradições entre a base popular que impulsionou a vitória de Lugo e o partido de Franco são capazes de inviabilizar um governo. De qualquer forma, Lugo e Franco estiveram juntos durante toda campanha e, em discursos, apoiaram que a Aliança é uma força não apenas eleitoral, também política. “Pela primeira vez, nosso país vive uma etapa importante da vida política, com características quase atípicas. Primeiro, pela formação de uma grande Aliança Patriótica para a Mudança, com partidos políticos e organizações sociais, campesinas, obreiras, sindicais e indígenas. Construímos a unidade na diversidade, queremos uma democracia apoiada no pluralismo”, reiterou Lugo dias antes de ser eleito presidente.

Segundo ele, “o Paraguai não pode seguir sendo uma ilha entre as outras nações. Estamos na sombra de dois grandes países, Argentina e Brasil. O Paraguai tem de consolidar e construir sua própria identidade política em um processo transformador dentro do país. A Aliança reúne ideologias pluralistas e nosso grande esforço é construir a unidade dentro desta diversidade. Construir as colunas fundamentais da democracia com esses partidos diferenciados. Desde o primeiro momento, queremos ter relações abertas, solidárias, diplomáticas, políticas, comerciais, sociais e culturais com todos os países”. O novo presidente paraguaio parece antever que a relação diplomática com o Brasil terá de ser muito forte para sustentar as mesas de negociação sobre a revisão do Tratado de Itaipu. O Paraguai pretende reivindicar que o Brasil pague o preço de mercado pela energia excedente produzida em Itaipu. As mudanças estruturais e o investimento social vislumbrados pela esquerda paraguaia dependem da revisão do Tratado.

Para o engenheiro Ricardo Canese, especialista em hidroeletricidade e membro da direção nacional do Movimento Popular Tekojoja, a questão da soberania



energética do país deve ser resolvida “no mais alto nível com o Brasil”. Canese é um dos grandes defensores da renegociação do contrato de Itaipu e possível novo Ministro da Energia do governo Lugo. “Nós discutimos o tema da soberania hidroelétrica desde a década de 70, quando se firmou o Tratado de Itaipu. Eu fui ao Fórum de São Paulo, em 2002, e fizemos essa discussão com o pessoal do Jubileu Sul. Quando Lugo ainda era bispo, lançamos uma campanha de recuperação da soberania hidroelétrica. Nós temos muita confiança de chegar a um acordo aceitável para ambas as partes com o presidente Lula”, afirmou Canese.

“Nós acreditamos que o Tratado de Itaipu, de 26 de abril de 1973 para ser exato, se deu em condições onde havia uma grande lacuna e falência democrática, e

sem participação da cidadania. Antes da assinatura do contrato, houve diversas reuniões preliminares. Em uma das mais importantes, na cidade de Foz do Iguaçu em 1966, Brasil e Paraguai asseguraram que o preço da energia seria justo. Nós consideramos que a energia que hoje se vende ao Brasil não possui um preço justo, porque corresponde ao valor de custo, não de mercado. Ninguém concede sua energia a preço de custo hoje. A Venezuela não vende seu petróleo a preço de custo, nem o Chile, o seu cobre. A Bolívia também vende seu gás a preço de mercado. O Paraguai é um dos poucos países que vende sua energia aos sócios na construção da represa a preço de custo”, pontuou Lugo sobre o tema que mudará fundamentalmente a economia paraguaia.

*Jornalistas.

A “democracia” colombiana e os 80

Textos e fotos
 Maria Eugênia Sá*
 Vinicius Souza*

Os assassinatos de dirigentes sindicais no continente não se resumem aos extermínios de lideranças nas entidades rurais brasileiras ou às lutas pelo poder em outros grêmios sulamericanos. O campeão continental nesse quesito (e no topo do *ranking* há 80 anos) segue sendo a Colômbia, com números tão impressionantes que estão impedindo até mesmo a ratificação

pelo Congresso estadunidense do Tratado de Livre Comércio assinado entre as duas nações em 2006. Entre 1º de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 2006, segundo dados da Escola Nacional Sindical da Colômbia e da Central Unitária dos Trabalhadores daquele país, foram registrados 8.105 casos de violações dos direitos humanos mais básicos de trabalhadores afiliados a sindicatos na Colômbia. Entre eles se inclui 2.245 homicídios, 3.400 ameaças, 1.292 casos de despejo, 399 detenções arbitrárias, 206 feridos, 192 atentados, 159 seqüestros, 138 desaparecimentos, 37 casos de tortura e 34 casos de desrespeito moral. Somente durante os mandatos do atual presidente Álvaro Uribe Vélez, de acordo com números oficiais do governo colombiano, foram mais de 440 assassinatos (43 só em 2007) cujos processos na justiça resultaram em somente sete sentenças. Dos 236 assassinatos ocorridos de 2004 a 2006, houve apenas uma condenação.

Esses dados foram apresentados por sindicalistas colombianos diretamente à Secretária de Estado estadunidense Condoleezza Rice e a nove congressistas do Partido Democrata dos EUA, quando em visita ao país no final de janeiro para estimular a aprovação do TLC. Segundo informações da Agência EFE, o presidente da CUT colombi-



Gloria Gaitán: pai assassinado

ana, Carlos Rodríguez, assegurou na ocasião que Rice lhes disse no final da reunião que respeita a opinião dos sindicatos, “mas que vai continuar impulsionando o TLC”. “Ela diz que os países precisam realizar negócios como este com os Estados Unidos, que isso vai trazer benefícios para a Colômbia, mas nós consideramos o contrário, que a indústria nacional sofrerá com o acordo”, afirmou o sindicalista.

Em 60 anos, meio milhão de assassinatos políticos

Apesar disso, no último dia 7 de abril, o presidente George W. Bush enviou ao Congresso de seu país, o texto do TLC para ser aprovado no modelo “fast track”, sem alterações, em no máximo 90 dias. A justificativa oficial, como não podia deixar de ser, foi, nas palavras do próprio presidente, “a necessidade de mostrarmos a um governo amigo na região que os EUA podem ser um parceiro confiável”, disse. “A Colômbia é um aliado forte e eficiente na luta contra o terrorismo e um modelo de democracia no continente”. A data não podia ser mais emblemática. Enquanto se discutia a adoção ou não do tratado (rejeitado pelos dois pré-candidatos democratas à presidência,

Barak Obama e Hillary Clinton, e apoiado pelo candidato republicano Jonh McCain), as ruas de Bogotá eram tomadas por marchas e manifestações em memória dos 60 anos do assassinato do candidato à presidência colombiana Jorge Eliécer Gaitán, ocorrida em 9 de abril de 1948. Sua morte, “coincidentalmente” no mesmo período em que representantes de todo o continente se encontravam na cidade para o que viria a ser a reunião de criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) no contexto do início da Guerra Fria, foi o estopim do chamado “Bogotazo”, uma revolta popular que traria a vida de 5 a 10 mil pessoas em dois dias, e da seguinte “La Violencia”, que em 10 anos de confrontos cobraria mais de 250 mil vidas. De lá para cá, as cifras de assassinatos políticos no país chegam à casa dos 500 mil.

Em um discurso inflamado no Senado da Colômbia em 9 de abril desse ano, Gloria Gaitán Jaramillo afirmou que se não tivesse sido morto, seu pai teria sido o primeiro presidente socialista eleito pelo voto popular na América Latina, 25 anos antes de Salvador Allende no Chile, e totalmente contra o imperialismo estadunidense no continente. Advogado e filho de um livreiro, Gaitán impulsionou sua carreira política a partir das denúncias de um episódio ocorrido em dezembro de 1928 e que marcou para sempre as lutas dos trabalhadores colombianos: “La Masacre en las Bananeras”. Mesmo depois de 30 anos de atividades no país, a empresa estadunidense United Fruit Company (atualmente Chiquita Brands Inc, que segundo o líder paramilitar colombiano Salvatore Mancuso, acusado por mais de 6 mil assassinatos de sindicalistas, realizava pagamentos aos paramilitares para exportar sua produção) não oferecia qualquer garantia trabalhista aos milhares de trabalhadores terceirizados que usava. Organizados em torno de um sindicato, esses trabalhadores elaboraram uma pauta de nove reivindicações que incluíam contrato escri-

anos de assassinatos de trabalhadores



Bogotá: Marcha lembrou as mortes de líderes políticos e sindicais

to, jornada de oito horas diárias com uma folga semanal, pagamento em dinheiro, assistência em caso de acidentes de trabalho e banheiros para uso dos trabalhadores. Ainda que fossem pedidos basicamente para a empresa se adequar à legislação vigente então no país, a United Fruit se recusou a ceder e os trabalhadores entraram em greve.

Depois de pouco mais de um mês de tensa paralisação, o governador do departamento (estado) de Magdalena convocou os trabalhadores para uma reunião na cidade de Ciénaga. Mas ao invés de enviar o político, o governo colombiano expediu o Decreto Legislativo nº 1, que proibia a reunião de mais de três pessoas, punha a região em estado de sítio e nomeava o general Carlos Cortés Vargas como interventor civil e militar. Ele juntou as tropas em frente da multidão que aguardava

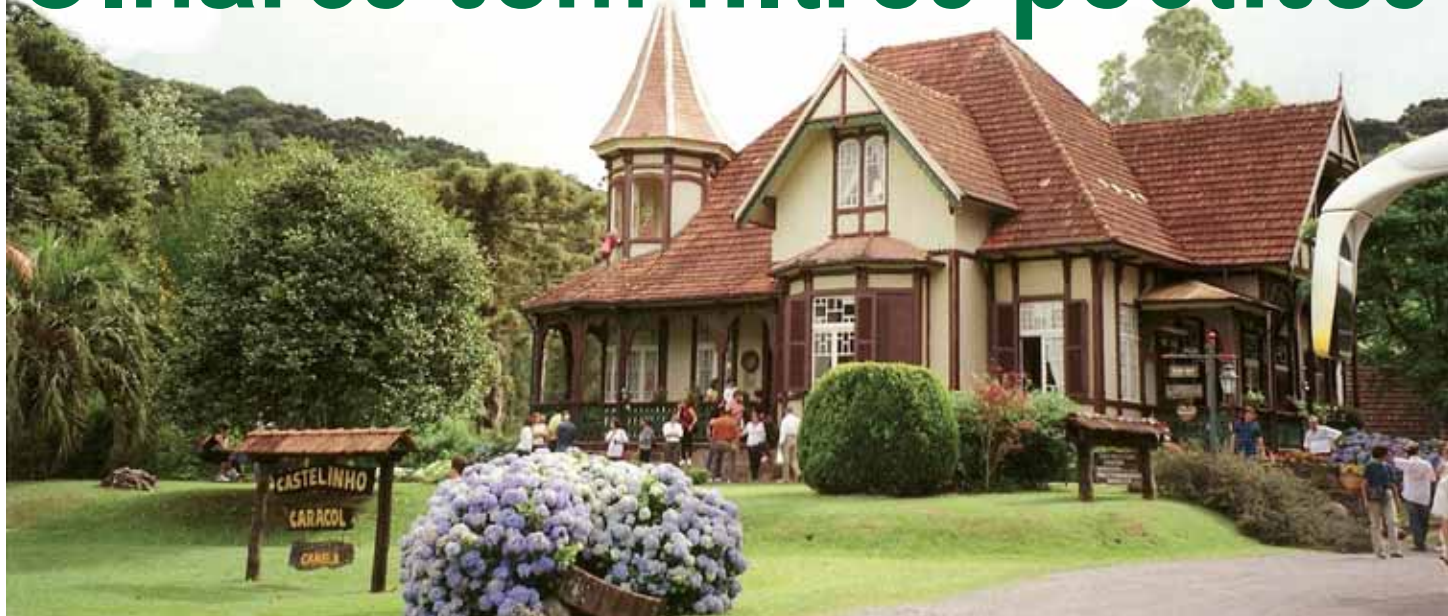
o governador e ordenou a dispersão em cinco minutos. Como não foi atendido deu ordem para abrir fogo. Depois, diante das denúncias promovidas por Gaitán e seus famosos discursos no Senado em 1929 onde mostrou dezenas de documentos, depoimentos e até o crânio de uma criança morta em Ciénaga, o general Vargas admitiu nove mortes e se disse movido pelo respeito às leis, pela necessidade de retomada da ordem e pela ameaça de invasão da Colômbia pelos EUA para garantir os “direitos” da empresa. Já segundo os telegramas enviados pelo embaixador estadunidense Jefferson Caffery ao governo dos EUA no mês seguinte, os mortos passavam de mil.

Ninguém jamais foi responsabilizado criminalmente pelo massacre. E o episódio acabou sendo narrado em forma semificcional por Gabriel Gar-

cia Marquéz na obra “Cem Anos de Solidão”. No último dia 10 de abril, por 224 a 195 votos, o Congresso dos EUA decidiu suspender indefinidamente o processo parlamentar de aprovação do Tratado de Livre Comércio com a Colômbia. Ainda assim, tanto o governo colombiano como o estadunidense seguem confiantes em conseguir reverter esse quadro após as eleições presidenciais, seja quem for o novo ocupante da Casa Branca. Como dizem os colombianos quando falamos mal do atual presidente dos EUA: “lembrem-se que as intervenções estadunidenses no continente não começaram com Bush e que foi num governo do Partido Democrata, de Bill Clinton, que teve início o ‘Plano Colômbia’ que sustenta a guerra civil em nosso país”.

*Jornalistas.

Olhares com filtros poéticos



Débora Fontenelle dos Santos*

Para qualquer fotógrafo, registrar boas imagens através de sua câmera é uma atividade preciosa, em que há sempre a busca pela combinação ideal de técnica e sensibilidade. Mas, diante de um cenário rico em beleza e diversidade como o que encontrei na Serra Gaúcha e em Santa Catarina, a tarefa torna-se muito mais viável. E apaixonante também.

Em 2004, cheguei à cidade de Gramado em clima de alegria, devido às festividades do Natal-Luz. Lá se podia, por exemplo, apreciar a vista bucólica do Lago Negro, as casas com jardins, em estilo europeu, ou ainda as ruas repletas de hortênsias. Fui depois a Canela e Nova Petrópolis. Na primeira cidade, destacava-se o turismo ecológico, expresso em belas paisagens como a da Cascata do Caracol. Na segunda, predominava o cenário urbano, onde vi os traços vivos da colonização germânica na arquitetura, na religiosidade, na cultura, no povo, enfim. Minha câmera curiosa enternecia-se ante as imagens das ruas bem-cuidadas e floridas, em harmonia com a tranquilidade local.

Em 2006, voltei ao Sul. Fui a Santa Catarina para conhecer a Oktoberfest, uma celebração da tradição alemã em Blumenau e arredores. Visitei também Brusque – onde havia a Festa Nacional do Marreco – e o bellissimo Balneário Camboriú. Este último apresentava altos prédios e uma notável orla marítima. Minha câmera antiga, mesmo sem os recursos da tecnologia digital, tentava captar de dentro de um teleférico, cada vista singular e cada momento poético.

O resultado de parte dessa aventura fotográfica pôde ser conferido na exposição que apresentei no 2º Sarau Judicial Cool. Foi uma experiência marcante; com elogios e sugestões que me estimularam tanto a querer ousar no campo das fotos, como também a elaborar um texto para esta revista. Pois, o importante é o servidor poder expressar-se, seja no plano político ou cultural. E no caso do sarau, além de música e poesia, que tenha sempre também muita, muita fotografia!

*Servidora da 28ª VF-RJ – Texto originalmente publicado no jornal Contraponto nº 6. Reproduzimos as fotos e o texto da servidora em função de um problema técnico ocorrido naquela edição, que impediu a correta divulgação do trabalho aqui apresentado.

Boquinha pintada

Marlene de Lima*

Nunca entendi a razão do apelido. Duas palavras e aquele estrago.

No gargarejo, eu acompanhava as tiradas de minha boneca preferida interagindo com a platéia. Os dentes branquinhos sobressaíam no vermelho do batom. Com o vestido de renda azul, parecia uma menina de verdade no colo do ventríloquo – meu tio-avô. Linda de cachos ruivos. O vice-prefeito, Terêncio Godô, na entrada, a chamou de espiga de milho.

Eu não queria emprestá-la ao tio Rafael. Pela manhã, ele chegou do Piauí, chorando a perda do seu partner – um bonequinho de olhos esperotos – no incêndio do hotel. Coitado, sem grana, ia perder a apresentação. Quando, na sala, se deparou com Vitorina – quase do meu tamanho e aquela cara engraçada –, me cercou de promessas. Fiquei com pena.

Perto do final, titio sorriu para mim e se afastou, deixando Vitorina sozinha na cadeira estofada. Iria me agradecer? Jamais saberei. Pois, naquele momento, Terêncio Godô se levantou para ir embora. Louro e imponente, sua figura dominou a atenção da platéia. Um galã.

Cochichos nas fileiras, e da boquinha pintada saiu o apelido fatal:

“Morde-fronha!”

O Teatro Zumbi veio abaixo. O vice avançou para o palco seguido de amigos e seguranças. A cadeira de Vitorina foi chutada. Para salvar a coitadinha, mergulhei no mar de pés atropelados



lados atrás do fugitivo, que sumiu nos bastidores.

Uma semana, e do tio Rafael nem a catinga.

Sob a porta, o bilhete para minha mãe: “Querida Marina, juro que a danada falou sozinha. Coisa do Demônio. Mas logo estarei de volta. Beijos na Aninha. Tio Rafael.”

Nesse mesmo dia, o delegado bateu lá em casa. Mamãe mostrou o bilhete, o que piorou as coisas.

“A senhora quer que eu acredite que foi o Diabo?”

“Não senhor. De qualquer jeito, meu tio não está aqui em Princesa.”

“Por isso mesmo vou levar a boneca.”

“A boneca, para quê?”

“Vou mandar abri-la para investigação. Pode ter embutida alguma gravação ou coisa assim. A indústria de brinquedos avançou muito. Um desrespei-

to à autoridade! Me entregue a boneca, por favor.”

Do quarto, ouvi tudo. Meti Vitorina no baú antigo, enrolada num tapete. E mamãe não se intimidou.

“Ana só tem nove anos. Sua boneca é um brinquedo comum. Nem mexe o queixo como os bonecos dos profissionais. A polícia que procure o verdadeiro culpado.”

Meses depois, num domingo, vi Terêncio Godô atravessando a praça cheia de gente, acompanhado de dois puxa-sacos. Eu estava comprando pipoca, e Vitorina sentada no carrinho. Foi quando ecoou o maldito deboche: “Morde-fronha!”. O pipoqueiro ficou branco e apontou para a boneca. Peguei a bichinha e corri pra casa. Adiantava dizer que não foi a gente?

*Funcionária aposentada do TRT.

O conflito na Raposa Serra

Luciano Martins Costa*

A imprensa ainda não conseguiu explicar, para quem vive nas cidades brasileiras, o que realmente acontece na região da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A rigor, o leitor está longe de entender a importância econômica da produção local de arroz, dada a distância entre aqueles arrozaes e os grandes mercados consumidores, bem como os efeitos do negócio no desenvolvimento da região. Da mesma forma, o noticiário está devendo algum esclarecimento sobre a influência das reservas indígenas de grandes extensões – ou de latifúndios, produtivos ou não – sobre a questão da soberania nacional nas fronteiras.

O que os jornais e as revistas demonstraram, nos últimos dias, foi a permanência de certa vocação da imprensa para babar na farda dos militares – e, neste caso, as exceções confirmam a regra.

A palestra do general-de-exército Augusto Heleno Pereira, comandante militar da Amazônia, no Clube Militar do Rio, ocorrida semana passada, ganhou espaços generosos nos jornais e uma página de elogios na revista *Veja*.

O general Heleno, que já havia concedido entrevista à revista *Época* na primeira semana de janeiro deste ano, falando sobre o mesmo tema da vulnerabilidade das fronteiras amazônicas, foi em seguida advertido pelo ministro da Defesa, a pedido do presidente da República.

O Clube Militar

No final dos anos 1980, os jornais davam grande importância ao que se dizia no Clube Militar. Alguns colonistas até costumavam funcionar como canais para “advertências” ou manifestações de desconforto da elite das Forças Armadas com o ritmo do processo de redemocratização do país, manifestadas regularmente sobre o chão de azulejos quadriculados na sede do clube na Avenida Rio Branco.

O comandante da Amazônia, que adquiriu boa reputação profissional como o primeiro chefe da missão de paz da ONU no Haiti, tem uma influência considerável sobre a opinião da tropa.

Mas o que não é assim tão considerável é o peso da opinião da tropa – e

assim deve ser no regime democrático. Ao amplificar as críticas do militar em temas complexos como a política indigenista e a questão da gestão territorial do país, a imprensa produz certo desequilíbrio na balança dos poderes. E revela certo saudosismo que não é compatível com os tempos que correm.

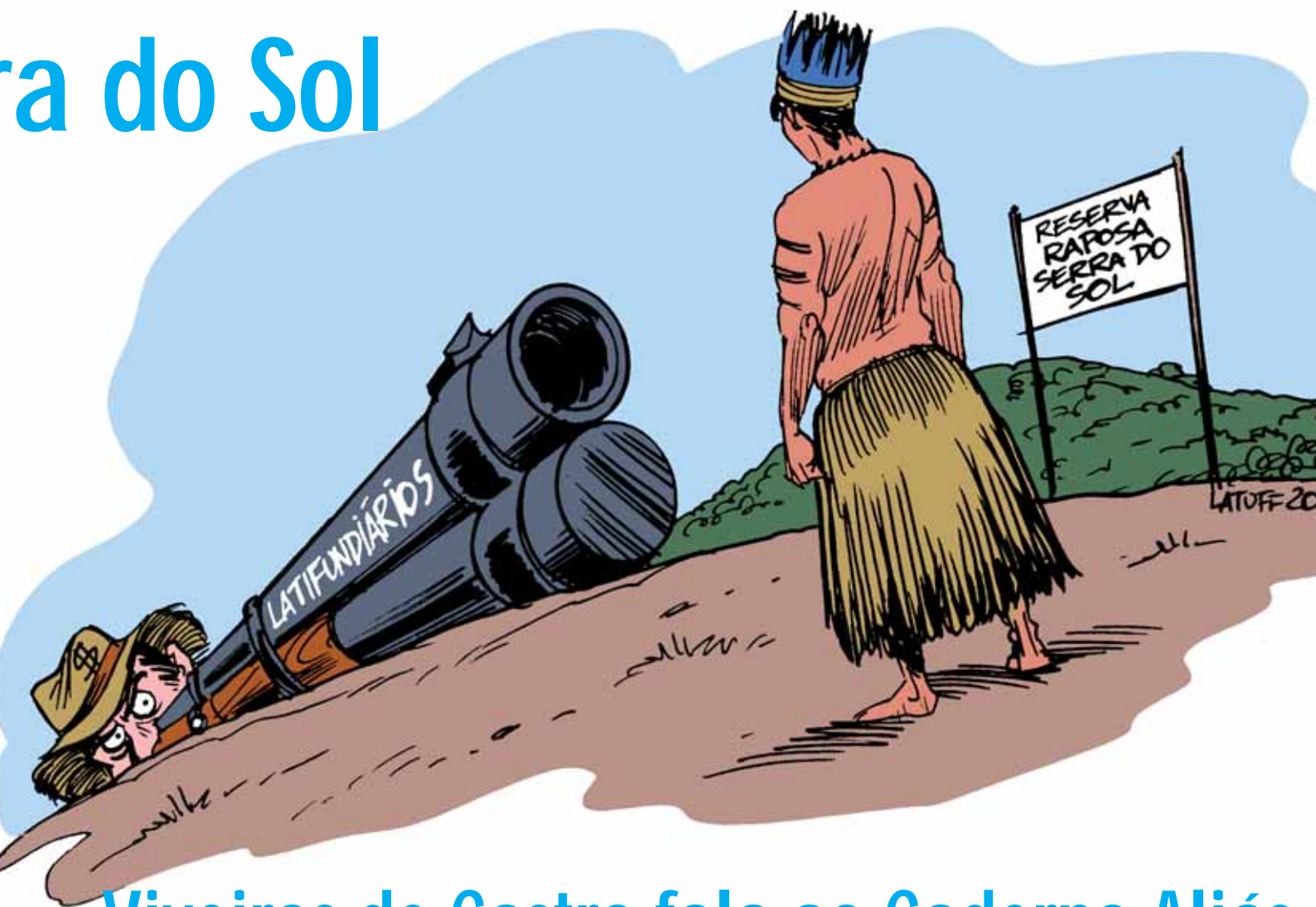
Por essas e outras é que surpreende, de certa maneira, a entrevista publicada pelo *Estado de S. Paulo* no caderno “Aliás” de domingo (20 de abril). O entrevistado, Eduardo Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é apresentado como o mais influente antropólogo do Brasil.

Tido, pelo pensador francês Claude Lévy-Strauss, como o fundador de uma nova escola na antropologia, Viveiros de Castro distribui críticas severas aos opositores da criação de grandes reservas, afirmando que essas áreas não aumentam a vulnerabilidade das fronteiras.

Ele observa, por exemplo, que os produtores de arroz, em cujo nome se levantam os inimigos da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, são apenas seis, e lembra que ninguém se preocupou em questionar o fato de que empresas e cidadãos estrangeiros são donos de porções consideráveis do território nacional, especialmente na Amazônia.

Vale a leitura. E vale também a observação de que, quando quer, um jornal pode passar por cima de suas próprias convicções e surpreender o leitor com reflexões que o fazem entender que nem tudo é o que parece.

*Título original: “O general falou – A farda que seduz”. 22 de abril de 2008. Observatório da Imprensa.



Viveiros de Castro fala ao Caderno Aliás

Aliás – Existe risco para a soberania nacional na reserva Raposa Serra do Sol, como crê o general?

Viveiros de Castro – Existe, sim, uma questão de soberania do governo ao ser contestado publicamente por um membro das Forças Armadas. O general polemiza com uma decisão que, como todo mundo diz, não se discute, apenas se executa. A argumentação de que a reserva indígena represente um problema de soberania está mal colocada.

Aliás – Por quê?

Viveiros de Castro – Há outras reservas em terras contínuas, em fronteiras. É o caso da Cabeça de Cachorro, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. E o Exército está lá, como deveria estar. A área indígena não teria como impedir a presença dos militares. O que a

área indígena não permite é a exploração das terras por produtores não-índios. Dizer que o Exército não pode atuar é um sofisma alimentado por políticos e fazendeiros que agem de comum acordo, numa coalizão de interesses típica da região. Roraima é um Estado que não se mantém sozinho, ou melhor, que depende do repasse de recursos federais. Um lugar onde 90% dos políticos nem sequer são nativos. Onde o maior arrozeiro, que está à frente do movimento contra a reserva, arvora-se em defensor da região, mas veio de fora. É um gaúcho que desembarcou por lá em 1978, e não há nada de mal nisso, mas combate os índios que justamente servem de “muralha dos sertões”, desde os tempos da colônia. Os índios foram decisivos para que o Brasil ganhasse essa área, numa disputa que houve no passado com a Guiana, portanto, com a Inglaterra. Dizer que viraram ameaça signi-

fica, no mínimo, cometer uma injustiça histórica. Até o mito do Macunaíma, que foi recolhido por um alemão, Koch-Grünberg, e transformado por um paulista, Mário de Andrade, foi contado por índios daquela área, os macuxis, os wapixanas. Eles são co-autores da ideologia nacional.

Aliás – As manifestações do general remetem ao discurso dos militares nos anos 70, que dava ênfase à idéia de tirar os índios da tutela do Estado?

Viveiros de Castro – Não sei. O general diz: “Sou totalmente a favor dos índios”. Imagine então o contrário, um índio indo para a televisão dizer que é totalmente a favor dos generais. Esquisito, não? Vamos pensar: o general não quer matar os índios. Quer que virem brancos? E quem é branco no Brasil?

Continua na página 36

Na Amazônia todo mundo é índio. Inclusive boa parte das Forças Armadas na região é composta por gente que fala o português, mas se identifica como índio.

Aliás – Esse conflito na Raposa tem por volta de 30 anos. Em 2005, quando o presidente Lula homologou as terras, selou-se o compromisso de retirar, no prazo de um ano, os produtores rurais que estavam dentro da área reservada. Parecia que todo mundo ficaria de acordo. Por que a situação se deteriorou?

Viveiros de Castro – Há o jogo político. Disseminam-se inverdades, como a de que a área da reserva ocupa 46% de Roraima, quando apenas ocupa 7%. As terras indígenas de Roraima, somadas, dão algo como 43% do Estado. Mas a Raposa tem 7%.

Aliás – Ou, 1,7 milhão de hectares.

Viveiros de Castro – O que não é um absurdo. As terras de índios são 43% ao todo, porém, até 30, 40 anos atrás, eram 100%. E o que acontece hoje com os 57% que não são terras de índios? São ocupados por uma população muito pequena, algo em torno de 1 milhão de pessoas. O que é isso? É latifúndio. Sabe quantos são os arroteiros que exploram terras da reserva? Seis. Não há dúvida de que o que se quer são poucos brancos, com muita terra. Outra inverdade: as terras da reserva são dos índios. Não são. Eles não têm a propriedade, mas o usufruto. Porque as terras são da União. E a União tem o dever constitucional de zelar por elas. Já os arroteiros querem a propriedade. As notícias que temos são as de que, desde a homologação, produtores rurais que estão fora da lei já atacaram quatro comunidades indígenas, incendiaram 34 casas, arrebitaram postos de saúde, espancaram e balearam índios. Paulo César Quartiero, o arroteiro-mor, foi preso na semana passada por desacato à autoridade. Já está solto, mas, enfim, esse é o clima de hostilidade que reina por lá. Sinceramente, acho que o general Heleno

está sendo usado por esses tubarões do agronegócio, que o envolvem numa questão de soberania totalmente artificial. O general cai nessa e vem com uma tese de balcanização, que não faz o menor sentido. Ele disse à imprensa: “O risco de áreas virem a se separar do território brasileiro, a pedido de índios e organizações estrangeiras, pode ser a mesma situação que ocorreu em Kosovo”. Muito bem, o general raciocina como se nós fôssemos os sérvios? Por acaso seria o Brasil a Sérvia e os índios, minorias que precisam ser eliminadas? Não estou entendendo.

Aliás – O que se questiona na Raposa é a criação de uma reserva enorme, em área contínua.

Viveiros de Castro – A declaração do ministro Gilmar Mendes a esse respeito é espantosa. Ele defende a demarcação de ilhas, e não de terras extensas. Em primeiro lugar, não sabia que ministro do Supremo é demarcador de terras. Demarcar é ato administrativo, cabe ao governo, não ao Judiciário. Em segundo lugar, as terras indígenas já são um arquipélago no Brasil. Acho curiosa essa expressão: demarcar em ilhas. Significa ilhar, isolar, separar. Demarcar de modo que um mesmo povo fique separado de si mesmo.

Aliás – Existe o risco de reivindicação de autonomia por parte dos índios?

Viveiros de Castro – A terra ianomâmi está demarcada desde o governo Collor e nunca houve isso. Alguém imagina que os ianomâmis queiram reivindicar um Estado independente, justamente um povo que vive numa sociedade sem Estado? Chega a ser engraçado.

Aliás – E se eles foram manipulados por interesses estrangeiros?

Viveiros de Castro – Empresas e cidadãos estrangeiros já são proprietários de partes consideráveis do Brasil. Detêm extensões enormes de terra e parece não haver inquietação em relação a isso. Agora, quando os índios estão em terras da União, que lhes são dadas em usufruto, daí fala-se do risco

de interesses estrangeiros. A Amazônia já está internacionalizada há muito tempo, não pelos índios, mas por grandes produtores de soja ligados a grupos estrangeiros ou pelas madeireiras da Malásia. O que não falta por lá é capital estrangeiro. Por que então os índios incomodam? Porque suas terras, homologadas e reservadas, saem do mercado fundiário.

Aliás – É uma questão fundiária?

Viveiros de Castro – É. Essa história de soberania nacional serve para produzir pânico em gente que vive longe de lá. É claro que o Exército tem de cumprir sua missão constitucional, que não é a de ficar criticando o Executivo, é proteger fronteiras, fincar postos de vigilância, levar seus batalhões, criar protocolos de convivência com as populações locais. Mas o que prevalece é o conflito fundiário e a cobiça pelas terras. Veja o que aconteceu no Estado do Mato Grosso. O que fez esse governador (Blairo Maggi), considerado um dos maiores desmatadores do mundo? Derrubou florestas para plantar soja, com o consentimento do presidente da República, diga-se de passagem. Hoje o Estado do Mato Grosso deveria se chamar Mato Fino. Virou um mar amarelo. O único ponto verde que se vê ao sobrevoá-lo é o Parque Nacional do Xingu, reserva indígena. O resto é deserto vegetal. Uma vez por ano, o deserto verdeja, hora de colher soja. Depois, dá-lhe desfolhante, agrotóxico... E a soja devasta a natureza duplamente. Cada quilo produzido consome 15 litros de água. Em Roraima não se deve bater de frente com o Planalto. Representa esse Estado o senador Romero Jucá, que é pernambucano e hoje atua como líder do governo. Jucá tem interesses claros e bem definidos. É dele o projeto que regulamenta a mineração em terras indígenas. Regulamenta, não. Libera.

A íntegra dessa entrevista está em:
<http://www.estado.com.br/suplementos/ali/2008/04/20/ali-1.93.19.20080420.7.1.xml>

Algumas perólas no Recife

Esta vida de escritor pobre é uma desgraça. Não fui convidado à XIV Plenária Nacional da Fenajufe, no Recife, mas como tio Altamirano tem um cafofo nos Aflitos, peguei uma carona com um caminhoneiro e lá fui eu, de penetra, para pescar as pérolas que os líderes sindicais do Judiciário Federal semeavam naquele fértil terreno.

Não tenho dúvidas que, depois da publicação do que lá ouvi, serei convidado para voltar ao Recife, com tudo pago pelos sindicatos, para servir de isca para tubarão. Vale à pena, contudo, ouvir as máximas de filosofia, sociologia, história, semântica, letras ocultas e ciências apagadas ditas pelos dedicados dirigentes da categoria.

Começemos pelas teses. 1. Um camarada de São Paulo publicou no livro de teses da plenária um título pra lá de curioso. "A situação dos negros afrodescendentes brasileiro (*sic*) no Judiciário Federal." Imagino que o negro mongol, o caucasiano, o eslavo e o ameríndio estão ferrados por ficarem de fora deste estudo. 2. Na tese chamada Unidade e Luta vê-se o esforço para organizar o trabalhador brasileiro. Diz lá: "Nós vamos ajudar a ajudar a organizar a luta dos trabalhadores brasileiros". A coisa deve estar feia, com tanta ajuda é melhor rezar para São Judas Tadeu.

Depois vieram as intervenções dos ilustres jornalistas da imprensa sindical. 1. Num ataque de feminismo semântico, o jornalista do Rio de Janeiro, editor deste espaço (que inclusive já me avisou que esta é a última coluna que escrevo) lembrou, emocionado, da importante participação de uma "membra" do Conselho Editorial desta publicação. 2. Já uma militante e competente jornalista da Fenajufe criticou as multifunções desempenhadas pelos profissionais da Comunicação Social nos sindicatos e lascou: "É humanamente impossível alguém andar e mascar chiclete ao mesmo tempo". Que dirá assoviar e chupar canal!

Pensa que parou aí? Os dirigentes e militantes da base não deixaram os jornalistas sozinhos nestas grandes tiradas. 1. Um valoroso servidor do Rio de Janeiro nos brindou com sua erudição ao falar do Sistema Cartesiano, inventado por "Cartésio"... que deve ser aquele parceiro do Cartola na Mangueira, mas... bem, deixa pra lá. 2. Outro



servidor do Rio, revoltado com a falta de coerência dos marxistas, leninistas e discípulos do ucraniano Leon, conclamou para que se refletisse sobre a utilização capitalista das sobras financeiras da Fenajufe, criticando o dinheiro que está hoje em conta de investimento, "na ciranda do mercado financeiro". Foi respondido pelos dirigentes nacionais: "É... podemos investir em colchões para colocar a sobra do dinheiro".

Mas não foi só o Rio que colaborou para a riqueza política-filosófica do evento. 1. Um líder sindical paulista, profundo analista da conjuntura internacional, ponderou que "em síntese, os governos de Bush e Evo Morales são a mesma coisa". Diante disso, vamos assinar uma moção para retirar o exército imperialista boliviano do Iraque e do Afeganistão. 2. Discurso inspirado mesmo foi o de um companheiro do Mato Grosso. Primeiro, disse que o camarada Lula da Silva "existe e é um ser humano de carne e osso como nós". Na continuação da peroração sobre o governo federal, afirmou que "Lula favorece ao imperialismo, aos bancos, à ban-

carrota financeira internacional". Haja poder para o Lula mandar a banca à bancarrota! 3. Em outro discurso, um moço conclamou a todos os trabalhadores "equatorianos" espalhados pelo mundo a se levantar e lutar, diante do que concluí que deve haver mais equatoriano que chinês por aí.

Para terminar, devo dizer que a XIV Plenária Nacional da Fenajufe foi bem instrutiva. Houve 1.234 intervenções na plenária, assim organizadas: 600 querendo matar o traidor Lula; 600 querendo salvar o companheiro Lula; 20 moções de repúdio, 5 intervenções de participantes que perderam objetos durante o encontro; e 9 intervenções sobre os assuntos estratégicos da categoria. Agora sim, estamos no caminho certo. Ano que vem vou à plenária em Manaus e, se não for reconhecido e linchado pelos doutos dirigentes lembrados nesta crônica, conto mais sobre o histórico episódio.

*Fulgêncio é escritor, alcoólotra e hipocondríaco mas não pára de se surpreender com a vida.



CONVÊNIO SISEJUFE E SIMONSEN TRAZ BOLSAS DE ESTUDOS ESPECIAIS



O SISEJUFE e as FACULDADES INTEGRADAS SIMONSEN firmaram convênio para a oferta de bolsas de estudo aos funcionários e sindicalizados deste importante Sindicato.

As bolsas podem chegar a 70% e também são extensivas aos dependentes!

Os sindicalizados e funcionários terão direito a bolsas especiais nos cursos de:

GRADUAÇÃO:

- Administração
- Ciências Contábeis
- História
- Pedagogia
- Letras
- Geografia
- Proc. de Dados
- Direito - oferecido pela Universidade Cândido Mendes*

*Bolsas especiais válidas somente para a unidade Padre Miguel

PÓS-GRADUAÇÃO

- Cursos de Pós-graduação em várias áreas.

COLÉGIO DE APLICAÇÃO

- Ensino Fundamental (2º ciclo)
- Ensino Médio

INSTITUTO TECNOLÓGICO

- Cursos técnicos nas áreas de Petróleo e Gás, informática e Enfermagem
- Supletivo Ensino Médio - EJA

TURNO E CURSOS		PLANO 6	6ºvencto	ult.vencto
		Até 30/06/08	PVZO	valor oheio
TARDE	Licenciatura	169,00	395,00	766,00
MANHÃ	Licenciatura	199,00	410,00	
	Contábeis e TPD	239,00	430,00	
	ADM	259,00	450,00	
	DIREITO	279,00	-	
NOITE	Licenciatura	219,00	430,00	
	Contábeis	279,00	450,00	
	ADM e TPD	299,00	525,00	
	DIREITO	319,00	-	

Além da bolsa de estudo, o funcionário, o sindicalizado e seus dependentes receberão R\$ 50,00 (cinquenta reais) de desconto no ato da matrícula!

RUA IBITIÚVA, 151 - PADRE MIGUEL
(21) 2406-6444 www.simonsen.br



CURSO DE PROCESSO CIVIL

PROF. GUSTAVO NOGUEIRA
FASE: TEORIA GERAL DO PROCESSO
INÍCIO 13.05
MANHÃ // TERÇA FEIRA

Sindicalizados do **SISEJUFÉ**
têm **desconto de até 30%**
nas mensalidades

DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

INÍCIO 19.05 // MANHÃ
OU 17.05 // SÁBADO

AGENTE E ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL

INÍCIO 12.05 // NOITE

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO MILITAR // 2ª TURMA

INÍCIO 13.05 // NOITE

AULA INAUGURAL:

EXMO SR. DRº CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES
MIN. DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.

JUNHO

OAB 1ª FASE

TURMAS REGULARES

DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL



SIMULADÃO
200 BOLSAS DE ATÉ 100%
PROVAS DIAS 18 E 19.05

O MELHOR CORPO DOCENTE DO BRASIL

SHEILA BIERRENBACH, PEDRO BARRÉTO, BRUNO ZAMPIER, NELSON ROSENVALD, RAFAEL OLIVEIRA, MARCOS PAULO, GABRIEL HABIB, ALEXANDRE CÂMARA, ANDREA VELOSO, RENÉ LONGO, RICARDO MARTINS, MENDELSSONH KIELING, FELIPE NOVAES, CLAUDIA BARROS, ANA CRISTINA MENDONÇA, WALDIR RODRIGUES, ANDRÉIA AMIN, FABRÍCIO CARVALHO, ANDRÉ ROBERTO, SANDRO AMARAL, DANIEL ASSUMPCÃO, GUSTAVO NOGUEIRA, RODOLFO HARTMANN, ALEXANDRE FLEXA, DANIEL MACEDO, RACHEL BRUNO, MÔNICA GUSMÃO, RODRIGO BRANDÃO, RAFAEL BARRÉTO, BRUNO PINHEIRO, ARCÊNIO BRAUNER, ANDRÉ UCHOA E GIOVANA GARCIA, FÁBIO ZAMBITTE, KERLLY HUBACK, PETRÚCIO MALAFAIA, MARCOS RAMAYANA, CRISTIANA MENDES, ISABELLI GRAVATÁ E RAFAEL TONASSI.

PRÆTORIUM

www.praetoriumrio.com.br

UNIDADE RIO BRANCO

Av. Rio Branco, 108, 2º e 3º andares

☎ 2221 5566

UNIDADE CANDELÁRIA

Rua da Quitanda, 161, 2º e 3º andares

☎ 2253 9850